

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Determinantes da manipulação de resultados: A adoção do SNC-AP pelos governos locais

Inês Serra Rasteiro

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof^a Doutora Inna Choban de Sousa Paiva, Prof^a Auxiliar,
Iscte Business School, Departamento de Contabilidade

Julho, 2023



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Contabilidade

Determinantes da manipulação de resultados: A adoção do SNC-AP pelos governos locais

Inês Serra Rasteiro

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof^a Doutora Inna Choban de Sousa Paiva, Prof^a Auxiliar,
Iscte Business School, Departamento de Contabilidade

Julho, 2023

Resumo

O presente estudo, baseado na Teoria da Agência e na Teoria dos Escalões Superiores, tem como principal objetivo identificar os determinantes da manipulação de resultados no setor público, após a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP). Mais especificamente, é analisado o impacto de dois grupos de determinantes, ao nível dos municípios e dos presidentes de câmara, na manipulação de resultados nos governos locais. Para o efeito, foram analisados 293 municípios portugueses, referentes ao ano de 2021, e adotou-se um modelo de regressão linear múltipla. Os dados necessários para a realização do estudo foram recolhidos manualmente e o nível de manipulação de resultados foi medido através da abordagem dos *accruals* discricionários. Os resultados principais indicam que as características dos municípios determinam a manipulação de resultados, ao passo que as características dos presidentes de câmara não apresentam influência sobre o tema. Adicionalmente, ao nível das características dos municípios, constata-se que a rentabilidade e a liquidez potenciam a manipulação de resultados, enquanto o endividamento e a autonomia financeira desincentivam a distorção de resultados. O presente estudo fornece, assim, um contributo excepcional para a contabilidade pública portuguesa, já que estuda os determinantes da manipulação de resultados em plena adoção do SNC-AP, acrescentando conhecimentos quanto à qualidade da informação financeira dos municípios.

Palavras-chave: Manipulação de Resultados, Setor Público, Governos Locais, Determinantes dos Municípios, Determinantes dos Presidentes de Câmara

JEL Classification System:

H70: Governo Estatal e Governo Local | Relações Intergovernamentais (Geral)

M41: Contabilidade

Abstract

This study, based on Agency Theory and Upper Tier Theory, has as main objective to identify the determinants of earnings management in the public sector, after the adoption of the Accounting Standardization System for Public Administrations (SNC-AP). More specifically, the impact of two groups of determinants, at the level of municipalities and mayors, on the earnings management in local governments is analyzed. For this purpose, 293 portuguese municipalities were analyzed, for the year 2021, and a multiple linear regression model was adopted. The data required to conduct the study was collected manually and the level of earnings management was measured through the discretionary accruals approach. The main results indicate that the characteristics of the municipalities determine the earnings management, while the characteristics of the mayors have no influence on the theme. In addition, in terms of the characteristics of municipalities, profitability and liquidity are found to favour the earnings management, while debt and financial autonomy discourage the distortion of results. This study thus provides an exceptional contribution to portuguese public accounting as it studies the determinants of the earnings management in the middle of the adoption of the SNC-AP, adding knowledge on the quality of the financial information of municipalities.

Keywords: Earnings Management, Public Sector, Local Governments, Determinants of Municipalities, Determinants of Mayors

JEL Classification System:

H70: State and Local Government | Intergovernmental Relations (General)

M41: Accounting

Índice geral

Resumo	i
Abstract.....	iii
Glossário de siglas.....	xi
1. Introdução	1
2. Revisão de literatura e hipóteses de investigação	5
2.1 Enquadramento das reformas no setor público	5
2.1.1 Contexto internacional e nacional.....	5
2.1.2 Municípios em Portugal.....	7
2.2 Manipulação de resultados.....	8
2.2.1 Manipulação de resultados no setor público.....	8
2.3 Determinantes da manipulação de resultados e desenvolvimento das hipóteses.....	10
2.3.1 Determinantes relacionados com as características dos municípios e Teoria da Agência.....	11
2.3.2 Determinantes relacionados com os presidentes de câmara e Teoria dos Escalões Superiores	14
3. Metodologia	17
3.1 Seleção e caracterização da população.....	17
3.1.1 Recolha e tratamento de dados	18
3.1.2 População ajustada	18
3.2 Definição das variáveis.....	19
3.2.1 Variável dependente	19
3.2.2 Variáveis independentes	21
3.2.3 Variável de controlo	23
3.3 Modelo empírico	23
4. Resultados e discussão.....	25
4.1 Estatísticas descritivas	25
4.1.1 Variável dependente (AD).....	25
4.1.2 Variáveis independentes e de controlo.....	25
4.2 Matriz de correlação.....	28
4.3 Resultados da regressão.....	30
5. Conclusão.....	35
6. Bibliografia	38

Determinantes da manipulação de resultados

7. Anexos	45
Anexo A- Lista de municípios portugueses.....	45
Anexo B- Pressupostos do modelo de regressão linear múltipla.....	51

Índice de quadros

Quadro 3.1: Representatividade da população ajustada	19
Quadro 3.2: Definição e mensuração das variáveis independentes	22
Quadro 3.3: Definição e mensuração da variável de controlo	23
Quadro 4.1: Estatísticas descritivas da variável dependente (AD)	25
Quadro 4.2: Estatísticas descritivas das variáveis sobre as características dos municípios	26
Quadro 4.3: Estatísticas descritivas das variáveis sobre as características dos presidentes de câmara.....	27
Quadro 4.4: Estatísticas descritivas da variável de controlo	27
Quadro 4.5: Matriz de correlação de <i>Pearson</i>	28
Quadro 4.6: Impacto das características dos municípios e dos presidentes de câmara nos <i>accruals</i> discricionários	30
Quadro 4.7: Resumo dos resultados da regressão à luz das hipóteses formuladas	33
Quadro 7.1: Lista de municípios portugueses.....	45
Quadro 7.2: Resumo do modelo e teste de <i>Durbin-Watson</i>	51
Quadro 7.3: Testes de normalidade dos resíduos	52
Quadro 7.4: Estatísticas de colinearidade	52
Quadro 7.5: Estatísticas descritivas dos resíduos	53

Índice de figuras

Figura 7.1: Histograma da distribuição dos resíduos padronizados	53
Figura 7.2: Distribuição esperada e observada dos resíduos	54
Figura 7.3: Diagrama de dispersão dos resíduos.....	54

Determinantes da manipulação de resultados

Glossário de siglas

AD- *Accruals* discricionários

CE- Comissão Europeia

CEO- *Chief Executive Officer*

CFO- *Chief Financial Officer*

DGAL- Direção-Geral das Autarquias Locais

FMI- Fundo Monetário Internacional

IPSAS- *International Public Sector Accounting Standards*

IPSASB- *International Public Sector Accounting Standards Board*

NPM- *New Public Management*

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP- Plano Oficial de Contabilidade Pública

SNC- Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP- Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas

UE- União Europeia

1. Introdução

A utilidade do relato financeiro para a tomada de decisões por parte dos *stakeholders* pressupõe que este seja de alta qualidade (Cohen et al., 2019). Por sua vez, a qualidade do relato financeiro pode ser afetada desfavoravelmente pelas práticas de manipulação de resultados, tendo em conta que os responsáveis pela preparação da informação financeira dispõem de um amplo poder discricionário (Coelho, 2022). Em conformidade com a Teoria da Agência, o corpo de gestão é incentivado a defender os próprios interesses em oposição aos interesses dos proprietários, criando uma oportunidade para os gestores manipularem os números através da prática da manipulação dos resultados (Jensen & Meckling, 1976).

Após uma série de crises e escândalos financeiros, bem como a situação pandémica (Covid-19) em todo o mundo, as organizações passaram por mudanças significativas, evidenciando cada vez mais que o setor público possui uma responsabilidade acrescida em termos de qualidade da informação financeira, dada a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos (Fernandes et al., 2022). Nas últimas décadas, várias reformas contabilísticas do setor público foram implementadas em todo o mundo para melhorar a utilidade do relato financeiro do setor público (Steccolini, 2019; Sour, 2020).

Neste sentido, o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) efetuou grandes esforços para implementar normas contabilísticas baseadas no princípio da especialização dos exercícios, a fim de melhorar o relato financeiro do setor público em todo o mundo, desenvolvendo as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) para utilização pelos governos e outras entidades do setor público (IPSASB, 2019). Esta reforma tem sido fortemente apoiada por organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia (CE) (Grossi et al., 2023; Lokuwaduge & Silva, 2020). Em Portugal, foi adotado o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), que é consistente com as IPSAS. O objetivo do SNC-AP é contribuir para o incremento da qualidade e transparência das contas públicas (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015).

A literatura prévia mostra que a manipulação de resultados está difundida no mundo empresarial e é impulsionada pelos mercados de capitais, pelos contratos e por motivações regulamentares (Healy & Wahlen, 1999; Dechow & Skinner, 2000). No entanto, o estudo recente de revisão de literatura (Bisogno & Donnatela, 2022) destaca que a manipulação de resultados no setor público é uma área de investigação pouco desenvolvida e emergente. Dentro

do setor público, os municípios desempenham um papel crucial, sendo responsáveis pela satisfação das necessidades da população residente, estando assim estritamente ligados e próximos aos cidadãos e aos *stakeholders* (de Jesus et al., 2022; Direção-Geral das Autarquias Locais, s.d.). Os estudos prévios sugerem que os municípios recorrem à manipulação de resultados, de modo a relatarem ganhos no final do ano próximos de zero (Arcas & Martí, 2016; Beck, 2018; Cohen et al., 2019) e pequenos excedentes orçamentais (Pilcher & Van Der Zahn, 2010; Stalebrink, 2007). Outros estudos constataam que diversas características, tais como, o nível de endividamento, a rentabilidade, a liquidez e a eficiência são relevantes para explicar a manipulação de resultados nos governos locais (Arcas & Marti, 2016; Beck, 2018; Cohen & Malkogianni, 2021; Kang & Chen, 2022; Paananen, 2016; Xu et al., 2019). Adicionalmente, ao nível das características dos presidentes de câmara, a literatura prévia afere que os *Chief Executive Officer* (CEO) com mais idade, mais experientes e do sexo feminino tendem a manipular menos os resultados (Alhmood et al., 2020; Anessi-Pessina & Sicilia, 2020; Belot & Serve, 2018; Cheng & Leung, 2012; Cherkasova & Markina, 2021; Rakhman & Wijayana, 2019).

O recurso à manipulação de resultados por parte dos municípios é uma questão relevante para o setor público, bem como para os Órgãos Regulamentares que promovem a prestação de contas e a sua qualidade (Cohen et al., 2019). Acresce ainda que, com a entrada em vigor do SNC-AP em Portugal, existe uma oportunidade única de estudar diversos determinantes que afetam a manipulação de resultados nos municípios. Adicionalmente, este estudo é relevante sendo que aborda, em simultâneo, a influência dos determinantes sobre as características dos municípios bem como dos presidentes de câmara na manipulação de resultados.

O estudo tem como objetivo geral identificar os determinantes que afetam a manipulação de resultados no setor público, após a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), nomeadamente no caso dos municípios portugueses. Perante este objetivo, surge como questão de investigação: Quais os determinantes ao nível dos municípios e ao nível dos presidentes de câmara que explicam o nível da manipulação de resultados? Em relação aos objetivos específicos, pretende-se: (1) testar se as características dos municípios, como o endividamento, a rentabilidade, a liquidez e a autonomia financeira, afetam a manipulação de resultados; (2) testar se as características dos presidentes de câmara, como a sua idade, o número de anos no cargo e o género, têm influência na manipulação de resultados.

O desenvolvimento do estudo incide sobre a análise da população dos 308 municípios portugueses, durante o ano 2021. Os dados necessários para a realização do estudo foram recolhidos manualmente e a manipulação de resultados foi medida através da abordagem dos

accruals discricionários. Os resultados da investigação evidenciam que as características dos municípios determinam a manipulação de resultados, enquanto as características dos presidentes de câmara não impactam estatisticamente o nível de *accruals* discricionários. Adicionalmente, ao nível das características dos municípios, constata-se que a rentabilidade e a liquidez potenciam a manipulação de resultados, enquanto o endividamento e a autonomia financeira desincentivam a distorção de resultados.

Este estudo contribui excecionalmente para a literatura ao nível da contabilidade no setor público, acrescentando conhecimentos quanto à qualidade da informação financeira dos municípios (Beck, 2018). Adicionalmente, a presente investigação é uma das primeiras que analisa, no caso dos municípios portugueses, o impacto das características dos presidentes de câmara na manipulação de resultados, após a adoção do SNC-AP e tendo por base a Teoria dos Escalões Superiores. Acresce ainda que este é um dos primeiros estudos que aborda a manipulação de resultados e os seus determinantes, quer ao nível das características dos municípios quer dos presidentes de câmara.

Este estudo gera também benefícios a nível legal e normativo para a criação de medidas preventivas pelas entidades competentes contra a corrupção e a manipulação dos resultados (Coelho, 2022). A melhor compreensão e análise dos determinantes que atuam como obstáculos ou facilitadores à manipulação de resultados deve estar alinhado com as reformas contabilísticas (Cohen et al., 2019).

Esta investigação possui também um impacto social, uma vez que sugere que a sociedade em geral deve adotar um papel ativo de modo a garantir que os recursos públicos são geridos de forma eficiente e eficaz, tendo como foco o interesse público (Coelho, 2022).

Após a presente introdução, o segundo capítulo será dedicado à revisão da literatura existente e ao desenvolvimento das hipóteses a serem testadas. Segue-se o capítulo 3, onde será abordada a metodologia utilizada, sendo apresentado o método de obtenção e tratamento de dados, o modelo de cálculo de *accruals* discricionários, a mensuração das variáveis e o modelo empírico desenvolvido. O quarto capítulo irá expor e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses formuladas. Por último, apresenta-se as conclusões da presente dissertação, bem como as suas limitações.

2. Revisão de literatura e hipóteses de investigação

2.1 Enquadramento das reformas no setor público

2.1.1 Contexto internacional e nacional

No setor público, as reformas da contabilidade a nível internacional e a adoção de práticas com base na gestão privada surgiram devido à necessidade de obter informações mais detalhadas sobre a ação das entidades públicas e à insatisfação dos utilizadores da informação financeira (Hood, 1995). Assim, a partir dos anos 80, as questões de harmonização da contabilidade pública manifestaram-se à medida que esta se aproximava da contabilidade empresarial no âmbito da tendência do *New Public Management* (NPM) (Hood, 1995).

O NPM é um conceito multidimensional (Hood, 1995) e consiste na aplicação das práticas de contabilidade e de gestão do setor privado no setor público (Lapsley, 2009). Esta tendência possui como elementos centrais a descentralização da gestão da prestação de serviços públicos, a utilização crescente dos mercados e da concorrência na prestação de serviços públicos e a ênfase gradual no desempenho, nos resultados e na orientação para o cliente (Tran et al., 2021).

Consequentemente, surgem as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), que começaram a ser emitidas no final dos anos 90 (Mattei et al., 2020). Este normativo tem como objetivo a harmonização dos sistemas contabilísticos públicos a nível mundial (Almeida, 2017). Assim, muitos países aderiram às IPSAS e introduziram a contabilidade de acréscimos (Jorge et al., 2020). Deste modo, tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento adotaram ou estão em processo de adoção das IPSAS, que visam fomentar a elaboração de relatórios financeiros com elevada qualidade (Silva et al., 2022).

Quanto à contabilidade pública portuguesa, desde o início dos anos 90, foram implementadas diversas reformas (da Costa Carvalho et al., 2007). Em 1997, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) foi aprovado por lei e constituiu um passo fundamental na reforma da administração financeira e das contas públicas (Decreto-Lei n.º 232/97 do Ministério das Finanças, 1997). O POCP integra os sistemas de contabilidade orçamental baseada na caixa, de contabilidade patrimonial e contabilidade analítica (Jorge et al., 2007), o que constitui um instrumento fundamental de apoio à gestão das entidades públicas e à sua avaliação e monitorização (Decreto-Lei n.º 232/97 do Ministério das Finanças, 1997).

Com base no POCP, surgiram diferentes planos de contabilidade para os diversos setores da Administração Pública (Jorge et al., 2020). Ao nível dos governos locais, em 1999, foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual concretiza

a reforma da administração financeira e das contas públicas no setor da administração autárquica (Decreto-Lei n.º 54-A/99 do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999). De referir que, segundo um estudo anterior, em 2003 a implementação do POCAL nos municípios portugueses estava longe de estar concluída, sendo o nível médio de cumprimento e conformidade com o normativo de 58% (da Costa Carvalho et al., 2007). Na realidade, a maioria dos governos locais não cumpriu os principais requisitos do normativo, colocando em causa a reforma da contabilidade pública que visa assegurar a normalização e a uniformidade (da Costa Carvalho et al., 2007).

Em 2009, Portugal foi seriamente afetado pela crise económica e financeira internacional, tendo sido forçado a pedir ajuda financeira à Troika em 2011 (Jorge et al., 2020). Os financiadores realçaram a relevância da responsabilização em relação à gestão financeira e às contas do setor público, incentivando a reforma do sistema de contabilidade do setor público existente (Jorge et al., 2020).

Dado isto, em 2015, o Governo português decidiu elaborar o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), consistente com as IPSAS, que responde às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015). O SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015).

A origem e a implementação do SNC-AP em Portugal assumem uma enorme relevância, sendo que existe a necessidade de harmonizar os sistemas contabilísticos públicos para fins de comparabilidade de relato, aproximar os sistemas contabilísticos do setor público e do setor privado, proporcionar informação financeira mais fiável, oportuna, e transparente, assim como satisfazer os utilizadores da informação financeira do Setor Público para fins de tomada de decisão (Almeida, 2017). Deste modo, com a adoção do SNC-AP perspectiva-se o aumento da qualidade na produção de informação e, conseqüentemente, uma menor manipulação de resultados, permitindo a melhor tomada de decisões (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015).

2.1.2 Municípios em Portugal

O setor público português está estruturado em diversos subsetores com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais, de forma a assegurar a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos (Fernandes et al., 2022). Deste modo, a organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais, de entre as quais se encontram os municípios (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005). Estes têm como objetivo satisfazer os interesses próprios da população residente, por meio dos órgãos representativos eleitos pelos habitantes (Direção-Geral das Autarquias Locais, s.d.). A organização dos municípios compreende a Assembleia Municipal, dotada de poderes deliberativos, e a Câmara Municipal, órgão que executa as políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005). Atualmente, segundo a Direção-Geral das Autarquias Locais (s.d), “existem 308 municípios, dos quais 278 municípios no Continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira”.

A atuação dos governos locais rege-se por um conjunto de princípios que asseguram a sua autonomia jurídica e institucional na execução e cumprimento dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos (Fernandes et al., 2022). Os municípios possuem património e finanças próprios, sendo que as suas receitas próprias incluem obrigatoriamente as receitas provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005). Sendo que os municípios estão muito ligados e próximos aos cidadãos, cabe-lhes o dever de preparar o relato financeiro com elevada qualidade (de Jesus et al., 2022). De referir que, os municípios obtiveram ao longo do tempo uma grande relevância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais (Fernandes et al., 2022).

Os municípios preparam a informação financeira de acordo com o SNC-AP na perspetiva de melhorar a qualidade do relato financeiro (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015). No entanto, a implementação do normativo nos governos locais ocorreu pela primeira vez em 2020 (Decreto-Lei n.º 84/2019 da Presidência do Conselho de Ministros, 2019). De acordo com o Decreto-Lei n.º 73/2013 da Assembleia da República (2013), “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”.

2.2 Manipulação de resultados

2.2.1 Manipulação de resultados no setor público

A manipulação de resultados advém de um processo em que os gestores são movidos pela sua intenção de alterar a informação financeira reportada para enganarem os utilizadores das demonstrações financeiras e satisfazerem os seus próprios interesses (Healy & Wahlen, 1999). Nesta perspetiva, a manipulação de resultados afeta as características desejáveis da informação financeira, o que pode ter consequências muito graves (Coelho, 2022). Assim, no setor público, existe preocupação quanto à possibilidade dos políticos utilizarem o seu comportamento oportunista sobre o relato financeiro (Hepworth, 2003; Pilcher & Van Der Zahn, 2010).

Os governos locais possuem uma elevada responsabilidade perante os *stakeholders* pelas suas funções e práticas, dado que recebem transferências do Estado que contribuem para as suas receitas totais (Tran et al., 2021). Consequentemente, os decisores políticos e os reguladores públicos impõem aos municípios a responsabilidade pelas suas ações e procuram assegurar que estes agem de acordo com os deveres que lhes foram atribuídas (Tran et al., 2021).

Deste modo, a prestação de contas já não é concebida como um mero cumprimento das normas, mas como a necessidade de informar sobre a afetação e utilização dos recursos públicos e os resultados alcançados (Lapsley, 1999, 2001, 2009; Mir & Rahaman, 2007; Ter Bogt & Van Helden, 2000; Ter Bogt, 2008). Os relatórios financeiros proporcionam informação sobre o desempenho operacional e a posição financeira, tanto das atividades governamentais (por exemplo, cobrança de impostos e prestação de serviços públicos) como das atividades empresariais (por exemplo, prestação de serviços de utilidade pública em troca de taxas de utilização) em que um governo está envolvido (Beck, 2018). Assim, a manipulação do relato financeiro é impulsionada por assimetrias de informação e problemas de agência, o que leva à procura de informação contabilística que pode estar manipulada e distorcida pelos gestores do município, nomeadamente, pelos presidentes de câmara (Hofmann & McSwain, 2013; Rakhman & Wijayana, 2019).

No contexto das assimetrias de informação, as normas e os requisitos de qualidade dos relatórios financeiros são essenciais, uma vez que permitem avaliar a tomada de decisões nas organizações públicas, bem como a sua responsabilização perante os *stakeholders* mais vastos (Krambia-Kapardis et al., 2016). Tais normas e requisitos exercem assim pressão sobre os gestores, de modo a gerirem as organizações públicas de uma forma mais eficiente e eficaz (Tran et al., 2021).

Givoly, et al. (2010) sugeriram duas teorias que explicam as variações no recurso à manipulação de resultados: a hipótese da procura e a hipótese do comportamento oportunista. A exigência de informação credível por parte dos utilizadores dos relatórios financeiros diminui a sua distorção (Ball & Shivakumar, 2008), enquanto o comportamento oportunista dos gestores aumenta a mesma (Rakhman & Wijayana, 2019). As entidades públicas podem utilizar práticas de manipulação de resultados para atingirem objetivos específicos, como relatar ganhos no final do ano próximos de zero (Arcas & Martí, 2016; Beck, 2018; Cohen et al., 2019) e pequenos excedentes orçamentais (Pilcher & Van Der Zahn, 2010; Stalebrink, 2007).

No âmbito da contabilidade de acréscimos, os preparadores da informação financeira possuem um amplo poder discricionário (Coelho, 2022). Para além disto, esta requer o recurso ao julgamento e a estimativas para avaliar alguns dos itens divulgados nas demonstrações financeiras, o que permite que os gestores se envolvam em práticas de manipulação de resultados (Coelho, 2022). Perante isto, os gestores das entidades públicas são frequentemente acusados de elaborarem relatórios financeiros oportunistas, de uma nefasta gestão financeira e, por vezes, de fraude (Beck, 2018). No entanto, os *stakeholders* confiam e baseiam-se no relato financeiro para tomarem as suas decisões (Cohen et al., 2019).

Os diversos grupos de *stakeholders*, nomeadamente os credores, cidadãos, funcionários, órgãos regulamentares e o Estado, têm decisões distintas a tomar e, portanto, possuem diferentes incentivos para a monitorização do relato financeiro dos municípios (Beck, 2018). A carência de informação fiável e credível pode levar a uma visão incompleta, ou menos realista, da posição financeira e do desempenho de uma entidade pública (Almeida, 2017). Assim, a utilidade da informação financeira para a tomada de decisão pressupõe que esta seja de alta qualidade, atributo que pode ser prejudicado pela manipulação dos resultados (Cohen et al., 2019).

2.3 Determinantes da manipulação de resultados e desenvolvimento das hipóteses

Para os cidadãos, reguladores e investigadores interpretarem e controlarem o desempenho financeiro dos municípios, é essencial compreenderem os determinantes da forma como os funcionários públicos exercem discricção em matéria de relato financeiro (Beck, 2018). De facto, consequências económicas e políticas substanciais podem derivar do não cumprimento dos objetivos estabelecidos (Greenwood et al., 2017), incluindo os definidos pelas autoridades de supervisão.

A manipulação de resultados é uma questão que tem sido amplamente investigada no setor privado (Braam et al., 2015; Kothari et al., 2016; Vieira, 2016; Malikov et al., 2018). Os resultados, no geral, revelam que a manipulação do relato está difundida no mundo organizacional e pode ser fomentada por questões regulatórias e assimetrias de informação (Dechow & Skinner, 2000; Walker, 2013). Porém, são poucos os estudos que se têm focado no setor público (Cohen et al., 2019). A literatura prévia constata que as organizações do setor público recorrem às práticas de manipulação de resultados, de modo a alcançarem objetivos específicos, nomeadamente o relato de lucros pequenos, mas positivos no final do ano (Beck, 2018; Coelho, 2022; Cohen et al., 2019).

Cohen, et al. (2019) constatou que os governos locais italianos e gregos recorrem à contabilidade criativa, de modo a apresentarem ganhos líquidos próximos de zero. Os políticos utilizam a manipulação de resultados para adequarem os valores contabilísticos em função dos seus interesses e metas (Arcas & Marti, 2016). Num estudo subsequente, Ferreira, et al. (2020) aferiu que os municípios portugueses utilizam o seu poder discricionário para reportarem reduzidos lucros líquidos positivos. Este tipo de comportamento transmite a ideia de que a gestão dos recursos públicos pode não ser eficiente e que não tem como foco a satisfação das necessidades dos cidadãos (Ferreira et al., 2020).

Pilcher (2011) analisou as práticas de manipulação de resultados nos governos locais de New South Wales. As conclusões corroboram a ideia de que a dimensão e a localização geográfica dos municípios afetam o seu comportamento em matéria de distorção de resultados. Beck (2018) estudou uma amostra de municípios na Califórnia e aferiu que estes usam mais extensivamente os *accruals* discricionários quando estão a preparar uma emissão de obrigações. Posteriormente, Cohen e Malkogianni (2021) concluíram que os municípios gregos se envolvem em práticas de manipulação de resultados. Para além disto, constataram que indicadores financeiros, como o nível de endividamento, liquidez e eficiência são relevantes para explicar a manipulação de resultados nos governos locais.

Anessi-Pessina e Sicilia (2020) constataram que as características individuais dos gestores de topo influenciam a extensão da manipulação contabilística. Em particular, verificaram que, no caso dos municípios italianos, a deturpação dos resultados era menor na presença de gestores do sexo feminino e licenciados em gestão de empresas. Donatella e Tagesson (2021) revisitam o tópico anterior para os municípios suecos e concluíram que a manipulação contabilística diminui com o mandato do CFO e a experiência anterior do CFO.

Para resumir, o presente estudo visa analisar o impacto das características dos municípios e das características dos presidentes de câmara no recurso à manipulação de resultados entre os governos locais portugueses. De referir que se recorre aos *accruals* discricionários como medida da manipulação de resultados. Assim, quanto maior o nível de *accruals* discricionários, maior a manipulação de resultados de um dado município. Os detalhes dessas discussões são apresentados de seguida.

2.3.1 Determinantes relacionados com as características dos municípios e Teoria da Agência

De modo a explicar a divergência de interesses dos diversos agentes, particularmente, entre gestores e acionistas, Jensen e Mackling (1976) propõem a Teoria da Agência. Perante uma situação de total separação da propriedade e controlo, a informação é distribuída assimetricamente entre os agentes, o que levará a um maior conflito de interesses.

Esta teoria é também aplicável ao setor público (Jensen & Meckling, 1976) e fornece a abordagem teórica padrão para estudar e analisar as práticas de manipulação de resultados (Walker, 2013). Segundo Jensen e Mackling (1976), o “Agente” (político), se não for controlado, age de forma oportunista e inconsistente com os objetivos e interesses do “Principal” (cidadãos). Assim, num contexto de assimetria de informação, a análise da manipulação de resultados é crucial para avaliar a tomada de decisões nas organizações públicas e responsabilizar os “Agentes” perante os *stakeholders* (Krambia-Kapardis et al., 2016).

Endividamento

A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (Decreto-Lei n.º 73/2013 da Assembleia da República, 2013). Em Portugal, existem limitações e a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5

vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (Decreto-Lei n.º 73/2013 da Assembleia da República, 2013).

A literatura prévia que analisa a relação entre o endividamento dos municípios e a manipulação de resultados é inconclusiva. Por um lado, existem estudos que evidenciam que, quanto maior o nível de endividamento, maior a probabilidade de os municípios manipularem o relato financeiro (Beck, 2018; Cohen & Malkogianni, 2021; de Jesus et al., 2022). Por outro lado, alguns estudos constataam que, quanto maior a alavancagem dos governos locais, menor a presença de *accruals* discricionários, ou seja, maior o recurso a escolhas contabilísticas mais conservadoras e menor a manipulação de resultados (Arcas & Marti, 2016; Malkogianni & Cohen, 2022; Paananen, 2016).

Os municípios mais endividados necessitam de divulgar informação mais detalhada e completa ao mercado, recebendo assim mais incentivos para relatarem informação financeira com qualidade (Kang & Chen, 2022). Dado isto, e tendo por base a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), espera-se uma relação negativa entre o endividamento e a manipulação de resultados. Com base no exposto, é desenvolvida a seguinte hipótese:

H1. Existe uma relação negativa e significativa entre o endividamento dos municípios e o nível de accruals discricionários.

Rentabilidade

A rentabilidade, que consiste no retorno financeiro de um dado investimento, é um dos fatores usados, nomeadamente no contexto empresarial, para explicar o recurso à manipulação de resultados (Soyemi & Olawale, 2019). O retorno provém do negócio, logo uma organização pode ter lucro ou prejuízo dependendo de fatores internos, políticos e económicos (Soyemi & Olawale, 2019). Importa referir que os municípios não são orientados para o lucro (Paananen, 2016), mas sim para a satisfação das necessidades da população através da gestão eficiente e eficaz dos recursos (de Jesus et al., 2022). Porém, estes têm uma alta autonomia para executar os seus objetivos, gerir os seus recursos e, conseqüentemente, para linear o seu crescimento de forma independente (Fernandes et al., 2022).

Ao nível da rentabilidade, existem duas linhas de investigação prévias. Alguns estudos constataam que as entidades com menor rentabilidade estarão menos dispostas a revelar informação financeira de modo a ocultarem o seu débil desempenho, sendo maior o recurso à manipulação de resultados (Soyemi & Olawale, 2019; Vieira, 2016; Xu et al., 2019). No

entanto, segundo outros estudos, quanto maior o índice de rentabilidade sobre os ativos, maior a presença de *accruals* discricionários (Cuong & Ha, 2018; Ghazali et al., 2015).

Quanto maior a rentabilidade dos municípios, maior será o seu crescimento e, conseqüentemente, mais recursos terão ao seu dispor para manipularem os resultados. Adicionalmente, os governos locais possuem uma grande autonomia e independência na execução e cumprimento dos seus objetivos, bem como na gestão dos seus recursos (Fernandes et al., 2022). Face aos estudos prévios, e tendo por base a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), espera-se que, quanto maior a rentabilidade dos municípios, maior a manipulação de resultados. Com base nos argumentos mencionados, surge a seguinte hipótese:

H2. Existe uma relação positiva e significativa entre a rentabilidade dos municípios e o nível de accruals discricionários.

Liquidez

A liquidez permite aferir se uma organização é capaz de cumprir com as suas obrigações de curto prazo (de Jesus et al., 2022). É um indicador muito relevante, dado que permite concluir se as disponibilidades são insuficientes para fazer face aos passivos de curto prazo, o que pode colocar em risco as operações no curto prazo (de Jesus et al., 2022).

Ao nível da liquidez, existem duas linhas de investigação prévias que são controversas. A primeira linha de investigação concluiu que, quanto maior a liquidez de uma entidade, menor a manipulação do relato financeiro (Alqam et al., 2022; Cohen & Malkogianni, 2021; Hasanuddin et al., 2021). Por outro lado, existem estudos que constataram que, quanto maior a liquidez, maior a presença de *accruals* discricionários, ou seja, maior a manipulação de resultados (Freitas, 2020; Ghazali et al., 2015).

Tendo por base a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), é expectável que, quanto maior for a liquidez de um dado município, mais instrumentos de manipulação de resultados os presidentes terão ao seu dispor. Dado isto, espera-se que, quanto maior a liquidez, maior a tendência dos municípios para recorrerem a práticas contabilísticas que os ajudem a esconder tal situação dos *stakeholders*. Com base no exposto, é desenvolvida a seguinte hipótese:

H3. Existe uma relação positiva e significativa entre a liquidez dos municípios e o nível de accruals discricionários.

Autonomia financeira

A autonomia financeira reflete a parcela do ativo dos municípios que é financiada por fundos próprios. Assim, maiores níveis de autonomia sugerem maior solidez financeira e menor dependência de recursos alheios (Banco de Portugal, 2019). Este indicador é muito relevante para os municípios portugueses, sendo que estes devem manter a sua autonomia financeira (Fernandes et al., 2022).

De acordo com a literatura anterior, as entidades com menor autonomia financeira tendem a recorrer à manipulação de resultados, de modo a mitigar a potencial influência negativa da instabilidade financeira (Jacoby et al., 2019). Segundo Hope, et al. (2013), quando uma entidade pública possui uma reduzida autonomia, age de forma mais oportunista e manipula os seus resultados. De referir que, são escassos os estudos que analisam a relação entre este indicador e a manipulação de resultados no caso dos governos locais. Face a isto, espera-se que, quanto maior a autonomia financeiro dos municípios, maior a sua solidez financeira e a dependência de recursos próprios e, conseqüentemente, menor a manipulação de resultados. Deste modo, e tendo por base a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), é desenvolvida a seguinte hipótese:

H4. Existe uma relação negativa e significativa entre a autonomia financeira dos municípios e o nível de accruals discricionários.

2.3.2 Determinantes relacionados com os presidentes de câmara e Teoria dos Escalões Superiores

A literatura ao nível da gestão reconhece que as características individuais dos gestores de topo podem afetar significativamente as organizações (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020), bem como a manipulação de resultados (Bhatti et al., 2021). De acordo com a Teoria dos Escalões Superiores (Hambrick, 2007; Hambrick & Mason, 1984), as características individuais dos gestores de topo afetam a forma como estes lidam com as situações e, portanto, têm impacto nos processos, nas decisões e, conseqüentemente, nos resultados organizacionais (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020). Esta teoria foca-se nos antecedentes, bem como nas características demográficas dos gestores de topo (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020).

Idade do presidente de câmara

A idade é uma característica demográfica e, tal como mencionado por Hambrick e Mason (1984), a idade dos gestores de topo tem influência na interpretação e execução do seu papel organizacional. Os gestores mais jovens podem estar mais dispostos a tomar decisões arriscadas (Esteve et al., 2013), bem como a desenvolver e implementar novas ideias e condutas (Chown, 1960). Com o avançar da idade, o *Chief Executive Officer* (CEO) torna-se mais conservador e menos audaz e terá mais receio do controlo e da supervisão a que a entidade é sujeita, o que contribui para a menor manipulação de resultados (Belot & Serve, 2018; Cherkasova & Markina, 2021).

Ao nível dos governos locais, a literatura prévia é escassa. Os estudos anteriores concluíram que a idade dos gestores de topo é um determinante da manipulação de resultados (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020; Rakhman & Wijayana, 2019), no entanto, em alguns estudos não se revela significativo. Com base nos estudos prévios e na Teoria dos Escalões Superiores (Hambrick, 2007; Hambrick & Mason, 1984), surge a seguinte hipótese:

H5. Existe uma relação negativa e significativa entre a idade do presidente de câmara e o nível de accruals discricionários.

Número de anos no cargo

O número de anos no cargo consiste no número de anos em que o presidente de câmara assume continuamente o cargo, sendo responsável por executar as políticas públicas decididas em Assembleia Municipal (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005). De referir que, o presidente de câmara só pode ser eleito para três mandatos consecutivos (Lei n.º 46/2005 da Assembleia da República, 2005).

A literatura prévia que analisa a relação entre o número de anos no cargo e a manipulação de resultados não é conclusiva. De acordo com Cherkasova e Markina (2021), existe uma relação inversa entre o mandato do CEO numa dada entidade e a qualidade dos relatórios financeiros. Quanto maior o número de anos que o CEO estiver no cargo, maior a sua confiança, sendo que este conhece toda a história da entidade, bem como a sua situação financeira atual, o que aumenta as práticas de manipulação de resultados (Cherkasova & Markina, 2021).

Porém, outros estudos constataram que possuir mandatos longos aumenta a experiência do CEO, o que resulta na diminuição da manipulação de resultados (Alhmood et al., 2020; Cheng & Leung, 2012). Posteriormente, Donatella e Tagesson (2021) verificou que, no setor público, a probabilidade de ocorrer manipulação de resultados está negativamente associada ao mandato

Determinantes da manipulação de resultados

do *Chief Financial Officer* (CFO). O capital humano da organização com mais anos no cargo possui mais habilidades e credibilidade e, conseqüentemente, maior margem de manobra para tomar decisões com base nas normas contabilísticas (Donatella & Tagesson, 2021).

Rakhman e Wijayana (2019) concluíram que, no caso dos governos locais, a experiência do presidente de câmara afeta positivamente a qualidade do relato financeiro. Perante isto, espera-se que os prefeitos que estão há mais anos no cargo, ou seja, com mais experiência recorram menos à manipulação de resultados. Deste modo, é desenvolvida a seguinte hipótese:

H6. Existe uma relação negativa e significativa entre o número de anos no cargo de presidente de câmara e o nível de accruals discricionários.

Género do presidente de câmara

De acordo com a teoria da socialização do género, que assume que um relevante processo de socialização ocorre durante a infância, os homens e mulheres tendem a ter atitudes, expectativas e comportamentos distintos (Smith & Rogers, 2000). Anessi-Pessina e Sicilia (2020) analisaram a manipulação contabilística no caso dos municípios italianos e concluíram que os *Chief Financial Officers* (CFOs) do sexo feminino são menos propensos a se envolverem na distorção dos resultados do que os CFOs do sexo masculino.

Porém, alguns estudos prévios constataram que o género dos gestores do topo não tem significância na manipulação de resultados (Donatella & Tagesson, 2021; Sun et al., 2019). Com base nos argumentos mencionados e na Teoria dos Escalões Superiores (Hambrick, 2007; Hambrick & Mason, 1984), surge a seguinte hipótese:

H7. Existe uma relação negativa e significativa entre o género do presidente de câmara e o nível de accruals discricionários.

3. Metodologia

Embora a contabilidade não possa ser rotulada como uma disciplina de paradigma único, esta é fortemente dominada por um (Lukka, 2010). Tradicionalmente, no âmbito da contabilidade e dos domínios científicos relacionados, os investigadores tendem a seguir uma abordagem positivista (Lopes, 2015).

A corrente positivista admite que a realidade é uma estrutura objetiva e independente do observador (Fraser, 2014). Consequentemente, os investigadores procuram recolher e analisar os dados de forma imparcial e recorrem aos métodos quantitativos para testarem e verificarem as hipóteses formuladas previamente. Na filosofia positivista, a unidade de análise é a variável e as hipóteses desenvolvidas incluem apenas variáveis válidas, fiáveis e medidas com precisão. O recurso a métodos científicos e a modelos estatísticos fidedignos permite a generalização dos resultados com base na amostra utilizada (Swanson & Holton, 2005). Dado isto, conclui-se que este paradigma se foca no raciocínio dedutivo, nas relações de causa-efeito, na testabilidade empírica das teorias e na generalização dos resultados, tendo por base a observação direta e a mensuração objetiva (Fraser, 2014).

Neste sentido, a presente dissertação de mestrado emprega o paradigma de investigação positivista e uma metodologia quantitativa, recorrendo à utilização de informação pública para a recolha de dados. Este estudo tem como objetivo principal identificar os determinantes que afetam a manipulação de resultados no setor público, após a adoção do SNC-AP. Através da formulação de um modelo estatístico e de uma amostra representativa da população, será possível analisar a relação de causa-efeito existente entre as variáveis em estudo e obter resultados que permitam generalizar as conclusões aferidas.

3.1 Seleção e caracterização da população

O desenvolvimento do presente estudo incide sobre a análise da população dos 308 municípios portugueses, identificados utilizando a lista divulgada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) em novembro de 2021 (ver Anexo A – Quadro 7.1 - Lista de municípios portugueses). Segundo a DGAL, existem em Portugal 308 municípios, 278 localizados em Portugal Continental, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira.

A escolha dos municípios portugueses como população de análise advém do facto do SNC-AP ter sido implementado a 01/01/2020 nos governos locais (Decreto-Lei n.º 84/2019 da Presidência do Conselho de Ministros, 2019) e alterar de forma significativa a contabilidade

financeira e respetivos mapas, aproximando-se do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicado às empresas (Fernandes et al., 2022). Paralelamente, a seleção dos municípios resulta da homogeneidade de diversas características, como os instrumentos políticos, a estrutura institucional e o gozo de autonomia financeira.

Relativamente à análise temporal do presente estudo, este irá incidir sobre o ano 2021. O ano 2020 foi excluído da análise, sendo que este foi o primeiro ano em que o SNC-AP foi obrigatoriamente adotado pelos municípios, o que pode influenciar os resultados.

3.1.1 Recolha e tratamento de dados

Os dados relacionados com as características dos municípios foram recolhidos manualmente a partir do Relatório e Contas dos mesmos e do *website* da Direção-Geral das Autarquias Locais. As informações ao nível dos presidentes de câmara foram obtidas a partir da consulta do Relatório e Contas, bem como do *website* de cada município.

De referir que os municípios devem, nos termos da lei, disponibilizar os documentos de prestação de contas nos seus *websites* (Decreto-Lei n.º 51/2018 da Assembleia da República, 2018). Sendo que os Relatórios e Contas serão o principal objeto de estudo desta dissertação, procedeu-se à recolha dos mesmos através dos *websites* dos municípios. Nos casos em que os documentos não foram disponibilizados por este meio, procedeu-se a um contacto via e-mail para os departamentos financeiros dos municípios.

Posteriormente, a evidência recolhida foi armazenada num ficheiro Excel e tratada recorrendo ao *software* estatístico SPSS- *Statistics 29*.

3.1.2 População ajustada

O quadro 3.1 demonstra a representatividade da população ajustada, referente ao ano de 2021.

Quadro 3.1: Representatividade da população ajustada

Distrito	Total Municípios	População Ajustada	Representatividade (%)
Aveiro	19	18	95
Beja	14	13	93
Braga	14	14	100
Bragança	12	12	100
Castelo Branco	11	10	91
Coimbra	17	16	94
Évora	14	14	100
Faro	16	16	100
Guarda	14	12	86
Leiria	16	15	94
Lisboa	16	15	94
Portalegre	15	14	93
Porto	18	18	100
Santarém	21	21	100
Setúbal	13	13	100
Viana do Castelo	10	10	100
Vila Real	14	14	100
Viseu	24	23	96
R. A. Açores	19	17	89
R. A. Madeira	11	8	73
Total	308	293	95

De acordo com a disponibilidade dos dados necessários ao estudo, a população ajustada é constituída por 293 observações, ou seja, Relatório e Contas, referentes ao ano de 2021. Perante isto, são analisados 293 municípios, o que permite concluir que a população ajustada é representativa da população (representatividade de 95%).

3.2 Definição das variáveis

3.2.1 Variável dependente

Os estudos prévios recorrem à abordagem dos *accruals* para medir a manipulação de resultado, sendo que estes são vulneráveis a comportamentos oportunistas (Cohen et al., 2019). A metodologia dos *accruals* também é utilizada na literatura prévia que se foca no setor público (Arcas & Marti, 2016; Beck, 2018; Coelho, 2022; Cohen & Malkogianni, 2021; Cohen et al., 2019). Assim, neste estudo recorre-se aos *accruals* discricionários como *proxy* da manipulação de resultados.

Determinantes da manipulação de resultados

Accruals são ajustamentos contabilísticos que correspondem a rendimentos e gastos realizados no ano e que não foram concretizados em pagamentos e recebimentos no mesmo ano (Teoh et al.,1998). Esta abordagem vai ao encontro do normativo contabilísticas em vigor, nomeadamente do princípio do acréscimo, o que significa que os rendimentos e os gastos devem ser reconhecidos quando ocorrem e não no momento da transação do dinheiro ou seu equivalente (Comissão de Normalização Contabilística, 2016).

Accruals podem ser classificados como não discricionários ou como discricionários (Teoh et al.,1998). Os *accruals* não discricionários resultam da atividade normal da entidade, enquanto os *accruals* discricionários decorrem da ação direta dos gestores. O Modelo de Jones (1991) é utilizado para desagregar os *accruals* totais em *accruals* discricionários e *accruals* não discricionários. Assim, o total de *accruals* pode ser apresentado pela seguinte equação:

$$TA_{i,t} = AND_{i,t} + AD_{i,t} \quad (1)$$

Em que:

$TA_{i,t}$ = Total *accruals* de um dado município i, no ano t;

$AND_{i,t}$ = *Accruals* não discricionários de um dado município i, no ano t;

$AD_{i,t}$ = *Accruals* discricionários de um dado município i, no ano t.

O Modelo de Jones (1991) proporciona uma estimativa precisa dos *accruals* discricionários (Young, 1999), sendo recorrentemente usado para calcular o nível de manipulação de resultados. O Modelo de Jones (1991) é considerado adequado para o contexto do setor público, uma vez que os restantes modelos que analisam a parte discricionária dos *accruals* são mais direcionados para o desempenho (Cohen et al., 2019).

Para estimar os *accruals* discricionários, é necessário determinar os *accruals* totais. Deste modo, segundo Hribar e Collins (2002), os *accruals* totais ($TA_{i,t}$) podem ser definidos pela seguinte equação:

$$TA_{i,t} = RL_{i,t} - FCO_{i,t} \quad (2)$$

Em que:

$TA_{i,t}$ = Total *accruals* de um dado município i, no ano t;

$RL_{i,t}$ = Resultado líquido de um dado município i, no ano t;

$FCO_{i,t}$ = Fluxos de caixa operacional de um dado município i, no ano t.

Determinantes da manipulação de resultados

Jones (1991) propôs estimar a componente dos *accruals* discricionários, recorrendo a diferentes variáveis. Assim, o Modelo de Jones (1991) pode ser representado pela seguinte expressão algébrica:

$$\frac{TA_{i,t}}{A_{i,t-1}} = \alpha_0 \frac{1}{A_{i,t-1}} + \alpha_1 \frac{\Delta Ren_{i,t}}{A_{i,t-1}} + \alpha_2 \frac{AFT_{i,t}}{A_{i,t-1}} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Em que:

$TA_{i,t}$ = Total *accruals* de um dado município i , no ano t ;

$A_{i,t-1}$ = Total do ativo de um dado município no ano $t-1$;

$\Delta Ren_{i,t}$ = Variação do volume de negócios de um dado município i no ano t face ao ano anterior ($t-1$);

$AFT_{i,t}$ = Total do ativo fixo tangível de um dado município i no ano t .

De referir que o resíduo (ε) da estimação do modelo corresponde aos *accruals* discricionários. Deste modo, o valor de *accruals* discricionários será determinado pela diferença entre o valor observado e o valor estimado pelo modelo. Se esta diferença for significativa, maior a probabilidade de estarmos na presença de manipulação de resultados.

3.2.2 Variáveis independentes

Para identificar os determinantes da manipulação de resultados nos governos locais, um conjunto de variáveis sobre as características dos municípios (endividamento, rentabilidade, liquidez e autonomia financeira) e dos presidentes de câmara (idade, número de anos no cargo e género) são analisadas.

As variáveis relacionadas com as características dos municípios são todas variáveis contínuas. O endividamento corresponde ao rácio entre o passivo total e o património líquido, já a rentabilidade é calculada pelo rácio entre o resultado líquido e o ativo total. A liquidez, que permite aferir se uma organização é capaz de cumprir com as suas obrigações de curto prazo (de Jesus et al., 2022), é determinada pelo rácio entre caixa e equivalentes de caixa e o passivo corrente. A autonomia financeira, que reflete a percentagem do ativo dos municípios que é financiada por fundos próprios (Banco de Portugal, 2019), corresponde ao rácio entre o património líquido e o ativo total.

As variáveis ao nível das características dos presidentes de câmara compreendem variáveis contínuas e binárias. A idade do presidente, variável contínua, é determinada pela diferença, em anos, entre a sua data de nascimento e o ano em que o estudo foi realizado. O número de

anos no cargo, variável contínua, corresponde ao número de anos que o presidente de câmara assumiu continuamente o cargo. Por fim, o género do presidente é uma variável *dummy*, que assume o valor 1 se o presidente de câmara for do género feminino e 0 caso contrário.

O quadro 3.2 sintetiza as variáveis independentes a incluir no modelo em estudo.

Quadro 3.2: Definição e mensuração das variáveis independentes

Variável	Sigla	Fórmula de Cálculo	Bibliografia
Caraterísticas dos Municípios			
Endividamento	Lev	Rácio entre o passivo total e o património líquido ¹	Cohen e Malkogianni (2021); Malkogianni e Cohen (2022)
Rentabilidade	ROA	Rácio entre o resultado líquido e o ativo total	Cuong e Ha (2018); Soyemi e Olawale (2019); Vieira (2016)
Liquidez	Liq	Rácio entre caixa e equivalentes de caixa e o passivo corrente	Cohen e Malkogianni (2021); Freitas (2020)
Autonomia Financeira	AutF	Rácio entre o património líquido ¹ e o ativo total	Hope, et al. (2013); Jacoby, et al. (2019)
Caraterísticas dos Presidentes de Câmara			
Idade	IdP	Diferença, em anos, entre a data de nascimento do presidente e o ano em que o estudo foi realizado	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Cherkasova e Markina (2021); Rakhman e Wijayana (2019)
Número de anos no cargo	NAC	Número de anos que o presidente de câmara assumiu continuamente o cargo	Donatella e Tagesson (2021); Rakhman e Wijayana (2019)
Género	Gen	Variável <i>dummy</i> , que assume o valor 1 se o presidente de câmara for do género feminino e 0 caso contrário	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Donatella e Tagesson (2021); Sun, et al. (2019)

¹ É de salientar que as administrações públicas denominam o Capital Próprio de Património Líquido (Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças, 2015).

3.2.3 Variável de controlo

De modo a avaliar as variáveis que podem influenciar a manipulação de resultados, foi adicionada ao modelo uma variável de controlo, a dimensão (Coelho, 2022; Cohen et al., 2019).

Estudos anteriores sugerem que as entidades de maior dimensão possuem menos tendência para se envolverem na manipulação de resultados, pois são controladas e monitorizadas por um grande número de *stakeholders* (Capalbo et al., 2021; Kim et al., 2017; Xu et al., 2019). Sendo que a informação contabilística das grandes organizações está sujeita a um maior controlo e supervisão (Cohen & Leventis, 2013), os municípios maiores possuem menos incentivos para as práticas de manipulação dos resultados. Os procedimentos de controlo interno permitem prevenir e detetar problemas de manipulação de resultados, bem como erros ou enganos (Dechow & Ge, 2006). Assim, espera-se que uma entidade de maior dimensão disponha de um departamento de contabilidade e de controle interno bem estruturado e organizado, o que garantirá a integridade dos relatórios financeiros (Soyemi & Olawale, 2019). A dimensão dos municípios é determinada pelo logaritmo natural dos ativos totais.

O quadro 3.3 sintetiza a variável de controlo a incluir no modelo em estudo.

Quadro 3.3: Definição e mensuração da variável de controlo

Variável	Sigla	Fórmula de Cálculo	Bibliografia
Dimensão	Dim	Logaritmo natural dos ativos totais	Capalbo, et al. (2021); Kim, et al. (2017); Soyemi e Olawale (2019); Xu, et al. (2019)

3.3 Modelo empírico

De modo a rejeitar ou não rejeitar as hipóteses de investigação anteriormente definidas, recorre-se ao modelo de regressão linear múltipla. Assim, é possível analisar a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes.

O modelo empírico desenvolvido neste estudo, que permitirá responder às hipóteses de investigação formuladas, pode ser traduzido pela seguinte expressão:

$$AD_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 Lev_{i,t} + \beta_2 ROA_{i,t} + \beta_3 Liq_{i,t} + \beta_4 AutF_{i,t} + \beta_5 IdP_{i,t} + \beta_6 NAC_{i,t} + \beta_7 Gen_i + \beta_8 Dim_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

Determinantes da manipulação de resultados

Em que:

$AD_{i,t}$ = *Accruals* discricionários de um dado município i , no ano t .

Em termos de interpretação e análise do modelo, a relação positiva significa que o aumento de uma unidade da variável independente provoca o aumento de uma unidade de AD, ou seja, maior será a manipulação de resultados.

4. Resultados e discussão

Recorrendo ao modelo apresentado no Capítulo 3 (equação 4), torna-se essencial analisar as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no presente estudo e avaliar as medidas de correlação das mesmas. De seguida, são analisados os resultados obtidos pela aplicação do modelo de regressão linear múltiplo.

4.1 Estatísticas descritivas

De modo a possibilitar uma melhor compreensão das principais características dos municípios integrantes na população ajustada, serão apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas. Assim, será realizada uma análise à variável dependente (AD) e às variáveis independentes e de controlo introduzidas no modelo.

4.1.1 Variável dependente (AD)

No quadro 4.1 são apresentadas as estatísticas descritivas para a variável dependente (AD), utilizada como *proxy* para medir a manipulação de resultados.

Quadro 4.1: Estatísticas descritivas da variável dependente (AD)

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
<i>AD</i>	293	0,027	0,027	0,000	0,007	0,018	0,036	0,172

É possível observar que o nível médio dos *accruals* discricionários (AD) é de 0,027. Este resultado é congruente com a literatura prévia que se foca nos governos locais em Portugal (Coelho, 2022; Ferreira et al., 2020) e a nível internacional (Arcas & Martí, 2016; Cohen & Malkogianni, 2021). Podemos ainda constatar que, do total de municípios (293), 50% possuem um nível de *accruals* discricionários (AD) acima de 0,018.

4.1.2 Variáveis independentes e de controlo

O quadro 4.2 expõe as estatísticas descritivas das variáveis relacionadas com as características dos municípios, introduzidas no modelo para explicar a manipulação de resultados.

Quadro 4.2: Estatísticas descritivas das variáveis sobre os determinantes dos municípios

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
<i>Lev</i>	293	0,287	1,191	0,01	0,086	0,142	0,234	20,00
<i>ROA</i>	293	-0,002	0,025	-0,08	-0,016	0,000	0,012	0,10
<i>Liq</i>	293	1,772	2,551	0,01	0,407	1,061	2,107	30,39
<i>AutF</i>	293	0,843	0,125	0,05	0,811	0,876	0,921	0,99

Relativamente ao endividamento (*Lev*), os municípios portugueses apresentam uma média de rácio de 28,7%, isto é, o passivo apresenta um peso de cerca de 29% no património líquido dos mesmos. Este dado é congruente com os resultados apresentados por de Jesus, et al. (2022). De referir que se constata uma considerável variação do nível de endividamento, pois existem municípios com níveis reduzidos de dívida (mínimo = 1%) e outros apresentam níveis muito elevados (máximo = 2000%).

No que diz respeito à rentabilidade (*ROA*), destaca-se que os municípios analisados apresentam uma rentabilidade, em média, negativa (-0,2%). Porém, constata-se que alguns dos municípios apresentam lucros no período em estudo, sendo que o valor máximo observado é de 10%. De referir que os municípios não são orientados para o lucro (Paananen, 2016). Estes devem sim atender às necessidades da população e gerir de forma eficiente e eficaz os seus recursos (de Jesus et al., 2022).

A liquidez (*Liq*) permite concluir se o município consegue cumprir as suas obrigações de curto prazo (de Jesus et al., 2022). Verifica-se que a média da referida variável é de 177,2%, o que permite aferir que os municípios em estudo apresentam uma elevada capacidade de cumprir as suas obrigações de curto prazo. É possível também constatar que a amostra é bastante dispersa em relação à liquidez (mínimo = 1%; máximo = 3039%; desvio padrão = 2,551).

A autonomia financeira (*AutF*) média dos municípios da amostra é de 84,3%, o que reflete que 84,3% dos ativos dos municípios são financiados por fundos próprios. Esta variável apresenta uma variação entre os 5% e os 99% e podemos verificar que 50% dos municípios possuem uma autonomia financeira superior a 87.6%.

De seguida, são analisadas as estatísticas das variáveis relacionadas com as características dos presidentes de câmara, apresentadas no quadro 4.3.

Quadro 4.3: Estatísticas descritivas das variáveis sobre os determinantes dos presidentes de câmara

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
<i>IdP</i>	293	52,34	8,589	30	46	51	58	79
<i>NAC</i>	293	4,621	3,549	0,21	0,208	4,189	8,2	10,88
<i>Gen</i>	293	0,10	0,294	0	0,00	0,00	0,00	1

Em relação à idade do presidente (*IdP*), o presidente de câmara mais novo e o mais velho da amostra possuem, respetivamente, 30 e 79 anos, e constata-se que esta variável apresenta uma grande dispersão (desvio padrão = 8,589). É possível concluir que a média de idades dos presidentes de câmara é de 52,34 anos, sendo que cerca de 50% dos presidentes possuem mais que 51 anos.

Ao nível do número de anos no cargo (*NAC*), conclui-se que os presidentes de câmara ocupam, em média, continuamente o cargo durante 4,621 anos. Verifica-se que, cerca de 33% e 41% dos presidentes ocupam o cargo à, respetivamente, 0,21 e 8,2 anos. Face a isto, constata-se que esta variável possui uma elevada dispersão de valores (desvio padrão = 3,549).

Relativamente ao género (*Gen*) do presidente de câmara, verifica-se que apenas 9,6% dos presidentes da amostra são do sexo feminino, sendo reduzida a sub-representação das mulheres em altos cargos executivos. Este dado, socialmente alarmante, vai ao encontro do reportado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2021), que indica que em cada 10 presidentes de câmara cerca de 9 são homens e 1 é mulher.

Por fim, são analisadas as estatísticas da variável de controlo, apresentada no quadro 4.4.

Quadro 4.4: Estatísticas descritivas da variável de controlo

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
<i>Dim</i>	293	18,251	0,923	16,30	17,587	18,013	18,826	21,93

Ao nível da dimensão (*Dim*), quantificada pelo logaritmo natural do total de ativos, os municípios possuem uma dimensão média de 18,251, valor que está em linha com o estudo de Coelho (2022). Esta variável apresenta uma variação entre 16,30 e 21,93 e podemos verificar que 50% dos municípios possuem uma dimensão superior a 18,013.

4.2 Matriz de correlação

Sendo que o modelo empírico utilizado se traduz num modelo de regressão linear múltipla, é necessário verificar a multicolineariedade das variáveis explicativas, isto é, as mesmas não podem estar fortemente correlacionadas entre si. De modo a verificar este pressuposto, recorre-se ao coeficiente de correlação de *Pearson* (R de *Pearson*), apresentado no quadro 4.5.

Quadro 4.5: Matriz de correlação de *Pearson*

R Pearson		<i>AD</i>	<i>Lev</i>	<i>ROA</i>	<i>Liq</i>	<i>AutF</i>	<i>IdP</i>	<i>NAC</i>	<i>Gen</i>	<i>Dim</i>
<i>AD</i>	Coef	1	0,041	0,057	0,048	-0,214**	0,037	0,058	-0,022	-0,141**
	Sig.		0,243	0,166	0,207	0,001	0,266	0,160	0,356	0,008
<i>Lev</i>	Coef		1	0,006	-0,055	-0,570**	-0,078	-0,056	-0,022	-0,028
	Sig.			0,457	0,175	0,000	0,091	0,169	0,354	0,314
<i>ROA</i>	Coef			1	0,178**	0,124*	0,130*	0,146**	0,040	0,249**
	Sig.				0,001	0,017	0,013	0,006	0,246	0,000
<i>Liq</i>	Coef				1	0,305**	0,117*	-0,016	0,046	0,048
	Sig.					0,000	0,023	0,390	0,215	0,207
<i>AutF</i>	Coef					1	0,062	-0,025	0,013	0,089
	Sig.						0,143	0,338	0,411	0,065
<i>IdP</i>	Coef						1	0,167**	-0,033	0,189**
	Sig.							0,002	0,285	0,001
<i>NAC</i>	Coef							1	-0,100*	0,054
	Sig.								0,044	0,180
<i>Gen</i>	Coef								1	0,067
	Sig.									0,128
<i>Dim</i>	Coef									1
	Sig.									

** . A correlação é significativa no nível 0,01.

* . A correlação é significativa no nível 0,05.

Através da análise da matriz, constata-se que existem algumas correlações entre as variáveis. A associação entre as variáveis *ROA* e *Liq* ($R = 0,178$; $Sig. = 0,001$), *ROA* e *AutF* ($R = 0,124$; $Sig = 0,017$), *ROA* e *IdP* ($R = 0,130$; $Sig. = 0,013$), *ROA* e *NAC* ($R = 0,146$; $Sig. = 0,006$), *Liq* e *IdP* ($R = 0,117$; $Sig. = 0,023$), *IdP* e *NAC* ($R = 0,167$; $Sig. = 0,002$), *IdP* e *Dim* ($R = 0,189$; $Sig. = 0,001$) e *NAC* e *Gen* ($R = -0,100$; $Sig. = 0,044$) são consideradas muito fracas, sendo que o valor de todos os coeficientes envolvidos é inferior a 0,20. As restantes relações são superiores a 0,20, no entanto não excedem o limite de 0,60, o que não coloca em causa a viabilidade do modelo.

Determinantes da manipulação de resultados

É de destacar a correlação moderada negativa ($r = -0,570$; $p = 0,000$) entre o Lev e a AutF, de onde se retira que os municípios mais endividados possuem uma autonomia financeira menor. O coeficiente de correlação de *Pearson* entre o ROA e a Dim é de 0,249 (Sig. = 0,000), o que significa que, quanto maior a dimensão de um dado município, maior a sua rentabilidade. Adicionalmente, conclui-se que existe uma correlação significativa positiva, ainda que fraca, entre a Liq e a AutF ($r = 0,305$; $p = 0,000$). Este coeficiente indica que, quanto maior o nível de liquidez de determinado município, maior a sua autonomia financeira.

Deste modo, verifica-se a ausência de colineariedade entre as variáveis independentes. Os pressupostos associados ao modelo da regressão linear múltipla estão todos verificados e são os seguintes: independência dos resíduos (Anexo B- Quadro 7.2); normalidade dos erros (Anexo B- Quadro 7.3 e Figura 7.1); ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas (Anexo B- Quadro 7.4); valor esperado dos resíduos nulo (Anexo B- Quadro 7.5); homocedasticidade dos resíduos (Anexo B- Figura 7.3); e regressão linear nos coeficientes (Anexo B- Figura 7.3).

4.3 Resultados da regressão

Após a análise de todas as variáveis em termos das suas estatísticas descritivas e correlações, bem como da verificação dos pressupostos subjacentes ao modelo, importa agora analisar os resultados da regressão linear, que se encontram representados no quadro 4.6.

Quadro 4.6: Impacto dos determinantes dos municípios e dos presidentes de câmara nos *accruals* discricionários

Variável	Regressão 1			Regressão 2			Regressão Principal		
	B ²	t	Sig.	B ²	t	Sig.	B ²	t	Sig.
Constante	0,169	5,059	0,001***	0,099	3,116	0,002**	0,164	4,830	0,001***
Caraterísticas dos Municípios									
<i>Lev</i>	-0,003	-2,181	0,030**	-	-	-	-0,003	-2,059	0,040**
<i>ROA</i>	0,126	1,939	0,053*	-	-	-	0,118	1,784	0,076*
<i>Liq</i>	0,001	2,172	0,031**	-	-	-	0,001	2,099	0,037**
<i>AutF</i>	-0,075	-4,678	0,001***	-	-	-	-0,074	-4,577	0,001***
Caraterísticas dos Presidentes de Câmara									
<i>IdP</i>	-	-	-	0,000	0,938	0,349	0,000	0,715	0,475
<i>NAC</i>	-	-	-	0,000	0,958	0,339	0,000	0,486	0,627
<i>Gen</i>	-	-	-	0,000	-0,064	0,949	-0,001	-0,280	0,780
Variável de Controlo									
<i>Dim</i>	-0,004	-2,593	0,010**	-0,005	-2,607	0,010**	-0,005	-2,656	0,008**
	R ² = 0,101			R ² = 0,027			R ² = 0,104		
	R ² ajustado = 0,085			R ² ajustado = 0,014			R ² ajustado = 0,078		
	F = 6,416 Sig. = 0,001			F = 2,023 Sig. = 0,091			F = 4,108 Sig. = 0,001		

*, ** e *** indicam que a variável é estatisticamente significativa para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,001, respetivamente (n = 293).

O quadro 4.6 apresenta duas regressões efetuadas complementarmente à “Regressão Principal”, de modo a analisar como os determinantes em estudo afetam individualmente o nível de *accruals* discricionários. Perante isto, a coluna “Regressão 1” integra unicamente as caraterísticas dos municípios que, como é possível constatar, são estatisticamente significativas. Numa primeira fase, os resultados indicam que a rentabilidade e a liquidez fomentam a

² Coeficiente não padronizado

manipulação de resultados ($t = 1,939$; sig. = 0,053 e $t = 2,172$; sig. = 0,031, respetivamente), enquanto o endividamento e a autonomia financeira desestimulam a distorção de resultados ($t = -2,181$; sig. = 0,030 e $t = -4,678$; sig. = 0,001, respetivamente).

Por outro lado, na “Regressão 2” é observada a influência das características dos presidentes de câmara no nível de *accruals* discricionários. É constatado que a idade, o número de anos no cargo e o género do presidente de câmara não apresentam significância estatística no modelo, pelo que não afetam o nível de manipulação de resultados dos municípios portugueses ($t = 0,938$; sig. = 0,349; $t = 0,958$; sig. = 0,339 e $t = -0,064$; sig. = 0,949, respetivamente).

Para além disto, por meio da análise preliminar dos determinantes da manipulação de resultados, verifica-se que o R^2 ajustado da “Regressão 1” (0,085) é superior ao da “Regressão 2” (0,014). Assim, deduz-se que a capacidade explicativa das características dos municípios é superior à das características dos presidentes de câmara, proporcionando uma previsão dos resultados da “Regressão Principal”.

Primeiramente, no que toca à generalidade do modelo da “Regressão Principal”, pela análise do teste da ANOVA ($F = 4,108$; sig. = 0,001) conclui-se que se rejeita a hipótese nula. Dado isto, podemos afirmar que existe pelo menos uma variável com um coeficiente β que difere de zero e, conseqüentemente, que o modelo é válido para a população em análise. Adicionalmente, o modelo apresenta um poder explicativo subjacente ao R^2 ajustado de 7,8%, isto é, 7,8% do comportamento da variável AD é explicado pelo efeito das variáveis independentes presentes no modelo.

Ao nível das características dos municípios, é possível observar que existe uma relação negativa entre o endividamento dos municípios ($t = -2,059$) e o nível de *accruals* discricionários, sendo esta significativa (sig. = 0,040). Dado isto, é possível verificar *H1*. Esta conclusão está em linha com o obtido por Arcas e Marti (2016), Kang e Chen (2022) e Paananen (2016) que afirmam que, quanto maior a alavancagem dos governos locais, maior o recurso a escolhas contabilísticas conservadoras e menor as práticas de manipulação de resultados. Assim, os municípios portugueses mais endividados possuem mais incentivos para divulgarem informação financeira mais detalhada e com qualidade (Kang & Chen, 2022).

A hipótese 2 (*H2*) proposta verifica-se, sendo que o estudo indica a existência de uma relação positiva e significativa entre a variável rentabilidade e os *accruals* discricionários ($t = 1,784$; sig. = 0,076). Deste modo, constata-se que, quanto maior a rentabilidade de um dado município, mais recursos terão ao seu dispor para manipularem os resultados e ajustarem os valores contabilísticos em função dos seus interesses. Esta conclusão é consistente com alguns estudos prévios (Cuong & Ha, 2018; Ghazali et al., 2015).

Em relação à liquidez dos municípios (*H3*), consta-se uma correlação positiva e significativa com a variável dependente (AD) ($t = 2,099$; sig. = 0,037). Assim, é possível verificar *H3*. Perante isto, constata-se que, quanto maior for a liquidez de um determinado município, maior será o seu recurso à manipulação de resultados, de modo a ocultarem tal situação dos *stakeholders*. Esta conclusão vai ao encontro do documentado por Freitas (2020) e Ghazali, et al. (2015).

Quanto à autonomia financeira (*H4*), é possível observar que existe uma relação negativa e significativa entre a autonomia dos municípios e o nível de *accruals* discricionários ($t = -4,577$; sig. = 0,001). Dado isto, é possível verificar *H4*. Assim, os municípios portugueses mais autónomos financeiramente possuem uma maior solidez financeira e dependência de recursos próprios, logo menor será o seu nível de manipulação de resultados. Esta conclusão vai ao encontro dos resultados obtidos por Jacoby, et al. (2019) e Hope, et al. (2013).

De facto, através da observação dos resultados obtidos, afere-se que todas as variáveis sobre as características dos municípios apresentam significância estatística. Assim, conclui-se que influenciam o nível de manipulação de resultados dos municípios portugueses, estando em concordância com a Teoria da Agência.

Ao nível das características dos presidentes de câmara, os resultados demonstram que não existe uma relação estatisticamente significativa entre a idade do presidente e o nível de *accruals* discricionários ($t = 0,715$; sig. = 0,475). Assim, constata-se que, no contexto português, não existe uma relação significativa entre a idade do presidente e o nível de manipulação de resultados. Este resultado refuta *H5*, sendo que contraria as conclusões de estudos realizados no contexto empresarial (Belot & Serve, 2018; Cherkasova & Markina, 2021). Porém, este resultado vai ao encontro do documentado por estudos aplicados em governos locais (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020; Rakhman & Wijayana, 2019).

Em relação ao número de anos no cargo de presidente (*H6*), verifica-se uma correlação positiva com a variável dependente (AD) ($t = 0,486$). Este resultado opõe-se ao documentado por estudos anteriores que defendem que possuir mandatos longos aumenta a experiência do CEO, o que resulta na diminuição da manipulação de resultados (Alhmood et al., 2020; Cheng & Leung, 2012; Donatella & Tagesson, 2021; Rakhman & Wijayana, 2019). Contudo, a conclusão obtida no contexto da presente amostra é concordante com o estudo de Cherkasova e Markina (2021). Porém, esta variável não se relaciona de forma significativa com o nível de *accruals* discricionários (sig. = 0,627), o que leva a rejeitar *H6*.

Determinantes da manipulação de resultados

Quanto ao género do presidente (*H7*), é possível observar que existe uma relação negativa, mas não significativa entre o género e o nível de *accruals* discricionários ($t = -0,280$; $sig. = 0,780$). Este resultado leva a rejeitar *H7*, sendo que contraria as conclusões do estudo de Anessi-Pessina e Sicilia (2020). Assim, constata-se que, no panorama português, o género dos presidentes de câmara não é um determinante significativo do recurso à manipulação de resultados, conclusão concordante com o documentado por Donatella e Tagesson (2021) e Sun, et al. (2019).

Perante isto, afere-se que nenhuma das variáveis sobre as características dos presidentes de câmara se relaciona de forma significativa com os *accruals* discricionários. Assim, deduz-se que não afetam o nível de manipulação de resultados dos municípios portugueses, o que contraria a Teoria dos Escalões Superiores.

Em suma, interpretando os resultados à luz do que é o objetivo geral da presente dissertação, é possível constatar que as variáveis relacionadas com as características dos municípios afetam significativamente o nível de manipulação de resultados, enquanto as variáveis que representam o presidente de câmara não impactam estatisticamente o nível de *accruals* discricionários. Segue-se o quadro 4.7 que visa resumir os resultados obtidas.

Quadro 4.7: Resumo dos resultados da regressão à luz das hipóteses formuladas

Variável (Hipótese associada)	Sinal Expectável	Sinal Real	Confirmação da Hipótese
Caraterísticas dos Municípios			
<i>Lev (H1)</i>	-	-	✓
<i>ROA (H2)</i>	+	+	✓
<i>Liq (H3)</i>	+	+	✓
<i>AutF (H4)</i>	-	-	✓
Caraterísticas dos Presidentes de Câmara			
<i>IdP (H5)</i>	-	+	×
<i>NAC (H6)</i>	-	+	×
<i>Gen (H7)</i>	-	-	×

Determinantes da manipulação de resultados

No que concerne à variável de controlo, é possível observar que existe uma relação negativa entre a dimensão dos municípios ($t = -2,656$) e o nível de *accruals* discricionários, sendo esta significativa ($\text{sig.} = 0,008$). Esta conclusão vai ao encontro com os resultados obtidos por Capalbo, et al. (2021), Rakhman e Wijayana (2019) e Xu, et al. (2019). Assim, no panorama português, os municípios de maior dimensão estão sujeitos a um maior controlo e supervisão por parte dos *stakeholders* (Cohen & Leventis, 2013), estando menos suscetíveis a incorrer em práticas de manipulação de resultados.

5. Conclusão

O principal objetivo do presente estudo reside em identificar os determinantes que afetam a manipulação de resultados no setor público, nomeadamente no caso dos municípios portugueses, após a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP). Para o efeito, foi analisada uma amostra composta por 293 municípios portugueses, referente ao ano de 2021, e o nível de manipulação de resultados foi medido através da abordagem dos *accruals* discricionários. Foram incluídos na investigação dois grupos de determinantes: por um lado, as características dos municípios, representadas pelo endividamento, a rentabilidade, a liquidez e a autonomia financeira e, por outro, as características dos presidentes de câmara, nomeadamente, a sua idade, o número de anos no cargo e o género.

Os resultados do estudo permitem concluir que as características dos municípios determinam a manipulação de resultados, ao passo que as características dos presidentes de câmara não apresentam influência sobre o tema. Isto é explicável, sendo que o órgão deliberativo dos municípios é a Assembleia Municipal, constituída por membros eleitos diretamente (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005). Assim, o presidente de câmara apenas executa as políticas públicas decididas em Assembleia Municipal (Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República, 2005), logo é plausível que as características dos presidentes de câmara não determinem a manipulação de resultados.

Ao nível das características do municípios, constata-se que a rentabilidade e a liquidez potenciam a manipulação de resultados. Deste modo, quanto maior a rentabilidade e a liquidez de um dado município, maior o seu recurso às práticas de manipulação de resultados, de modo a ajustarem os valores contabilísticos em função dos seus interesses e ocultarem tal situação dos *stakeholders* (Cuong & Ha, 2018; Freitas, 2020; Ghazali et al., 2015). É possível também concluir que, o endividamento e a autonomia financeira desincentivam a manipulação de resultados. Esta conclusão está em linha com a literatura prévia que afirma que, quanto maior a alavancagem e a autonomia financeira dos governos locais, maior o recurso a escolhas contabilísticas conservadoras e a divulgação de informação transparente e fidedigna (Arcas & Marti, 2016; Hope et al., 2013; Jacoby et al., 2019; Kang & Chen, 2022; Paananen, 2016). De referir que, neste estudo abordámos uma característica, a autonomia financeira, que determina a manipulação de resultados em que não existem estudos prévios sobre o assunto.

Para a comunidade científica, as implicações teóricas do presente estudo passam pelas teorias nele envolvidas. Por um lado, suporta a visão fornecida pela Teoria da Agência relativamente ao facto de que, se o político não for controlado, age de forma oportunista e

inconsistente com os objetivos e interesses dos *stakeholders* (Jensen & Mackling, 1976). Por outro lado, os resultados do modelo não demonstram evidência empírica que valide a Teoria dos Escalões Superiores no âmbito da manipulação de resultados. Adicionalmente, a realização de um estudo desta temática no contexto dos municípios portugueses é relevante, sendo que são escassos os estudos que abordam este tópico no setor público (Cohen et al., 2019). De referir que este é um dos primeiros estudos que aborda a manipulação de resultados e dois grupos de determinantes, acrescentando assim conhecimentos quanto à qualidade da informação financeira dos municípios (Beck, 2018).

Em termos de implicações práticas, a análise dos determinantes que atuam como obstáculos ou facilitadores à manipulação de resultados gera benefícios a nível legal e normativo para a criação de medidas preventivas pelas entidades competentes contra a corrupção (Coelho, 2022). Além disto, a presente dissertação permite concluir que as características dos municípios afetam as práticas de manipulação de resultados, o que sugere que a sociedade em geral deve ser mobilizada de modo a garantir uma eficaz e eficiente gestão dos recursos públicos (Coelho, 2022).

É de referir que, no entanto, o presente estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente, o curto período temporal que abrange, contemplando apenas o último relatório de contas anual dos municípios da amostra. O ano 2020 foi excluído da análise, sendo que este foi o primeiro ano em que o SNC-AP foi obrigatoriamente adotado pelos municípios (Decreto-Lei n.º 84/2019 da Presidência do Conselho de Ministros, 2019), o que poderia influenciar os resultados. Além disto, a dissertação apenas considera dados dos municípios portugueses. Perante isto, a generalização dos resultados desta pesquisa deve ser feita com prudência, uma vez que Portugal possui características jurídicas, culturais e económicas particulares (Coelho, 2022). É também pertinente mencionar que os *accruals* discricionários, utilizados como *proxy* da manipulação de resultados, foram calculados por meio do Modelo de Jones (1991). Embora este modelo demonstre ter um bom desempenho com entidades públicas (Coelho, 2022; Cohen et al., 2019), existem muitos outros métodos disponíveis. Deste modo, seria relevante averiguar se os principais resultados do estudo permaneceriam inalterados se usássemos outros modelos para analisar a manipulação de resultados nos municípios portugueses.

Existem outras linhas de investigação sobre este tema que podem ser estudadas. Primeiramente, sugere-se que as futuras investigações colmatem as limitações anteriores, replicando o estudo com uma amplitude temporal alargada e em diversos países. Seria também interessante replicar o modelo apresentado para o caso português noutros países idênticos a nível político e legislativo, podendo assim efetuar-se uma comparação direta. Sugere-se ainda

Determinantes da manipulação de resultados

que, seja explorada a influência de determinantes ao nível da auditoria na manipulação de resultados, o que pode proporcionar conhecimentos importantes sobre a qualidade da informação financeira em diferentes regimes de auditoria externa. Em síntese, a investigação futura é imprescindível de modo a aprofundar o conhecimento sobre os determinantes que afetam a manipulação de resultados no setor público e, conseqüentemente, a qualidade e a utilidade da informação contabilística.

6. Bibliografia

- Alhmoode, M. A., Shaari, H., & Al-dhamari, R. (2020). CEO characteristics and real earnings management in Jordan. *International Journal of Financial Research*, 11(4), 255-266. <https://doi.org/10.5430/ijfr.v11n4p255>, acessado em 29/12/2022
- Almeida, R. H. de. G. (2017). *A adoção de uma nova reforma da contabilidade pública em Portugal: Estudo de caso em algumas entidades piloto* [Dissertação de Mestrado, Iscte Business School]. Repositório Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14626>, acessado em 2/11/2022
- Alqam, M. A., Owais, W. O., Ali, H. Y., & Hamshari, Y. M. (2022). Earnings quality determinants in the Jordanian service sector (The financial crisis during corona crisis). *Cogent Business and Management*, 9(1), 2137955. <https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2137955>, acessado em 13/04/2023
- Anessi-Pessina, E., & Sicilia, M. (2020). Do top managers' individual characteristics affect accounting manipulation in the public sector?. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 30(3), 465-484. <https://doi.org/10.1093/jopart/muz038>, acessado em 4/11/2022
- Arcas, M. J., & Martí, C. (2016). Financial performance adjustment in english local governments. *Australian Accounting Review*, 26(2), 141-152. <https://doi.org/10.1111/auar.12094>, acessado em 28/10/2022
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2008). Earnings quality at initial public offerings. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2-3), 324-349. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.12.001>, acessado em 18/10/2022
- Banco de Portugal. (2019). *A autonomia financeira é um indicador da capitalização das empresas*. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/sabia-que/1372>, acessado em 15/04/2023
- Beck, A. W. (2018). Opportunistic financial reporting around municipal bond issues. *Review of Accounting Studies*, 23(3), 785-826. <https://doi.org/10.1007/s11142-018-9454-2>, acessado em 3/11/2022
- Belot, F., & Serve, S. (2018). Earnings quality in private SMEs: Do CEO demographics matter?. *Journal of Small Business Management*, 56(12), 323-344. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12375>, acessado em 04/05/2023
- Bhatti, K. I., Husnain, M. I. U., Saeed, A., Naz, I., & Hashmi, S. D. (2021). Are top executives important for earning management and firm risk? Empirical evidence from selected Chinese firms. *International Journal of Emerging Markets*, 17(9), 2239-2257. <https://doi.org/10.1108/ijoem-09-2019-0734>, acessado em 8/12/2022
- Bisogno, M., & Donatella, P. (2022). Earnings management in public-sector organizations: A structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(6), 1-25. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-03-2021-0035>, acessado em 23/01/2023
- Braam, G., Nandy, M., Weitzel, U., & Lodh, S. (2015). Accrual-based and real earnings management and political connections. *International Journal of Accounting*, 50(2), 111-141. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2013.10.009>, acessado em 5/11/2022
- Capalbo, F., Lupi, C., Smarra, M., & Sorrentino, M. (2021). Elections and earnings management: Evidence from municipally-owned entities. *Journal of Management and Governance*, 25, 707-730. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09523-z>, acessado em 12/04/2023
- Cheng, L. T., & Leung, T. Y. (2012). The effects of management demography on auditor choice and earnings quality: Evidence from China. *Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies*, 15(2), 1150009. <https://doi.org/10.1142/S0219091511500093>, acessado em 2/12/2022

- Cherkasova, V., & Markina, V. (2021). Do CEO characteristics impact a company's earnings quality?. *Montenegrin Journal of Economics*, 17(2), 207-225. <https://doi.org/10.14254/1800-5845/2021.17-2.17>, acessado em 9/12/2022
- Chown, S. M. (1960). The wesley rigidity inventory: A factor-analytic approach. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 61(3), 491-494. <https://doi.org/10.1037/h0042403>, acessado em 12/11/2022
- Coelho, L. S. (2022). Earnings management in municipal firms: Evidence from Portugal. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 34(4), 512-533. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-02-2022-0026>, acessado em 24/10/2022
- Cohen, S., & Leventis, S. (2013). Effects of municipal, auditing and political factors on audit delay. *Accounting Forum*, 37(1), 40-53. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.04.002>, acessado em 18/11/2022
- Cohen, S., & Malkogianni, I. (2021). Sustainability measures and earnings management: Evidence from Greek municipalities. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 33(4), 365-386. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2020-0171>, acessado em 13/12/2022
- Cohen, S., Bisogno, M., & Malkogianni, I. (2019). Earnings management in local governments: The role of political factors. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(3), 331-348. <https://doi.org/10.1108/jaar-10-2018-0162>, acessado em 27/10/2022
- Comissão de Normalização Contabilística. (2016). *Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) - Manual de Implementação*. http://www.cnc.min-financas.pt/pdf%5CSNC_AP%5CMANUAL%20DE%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O_SNC-AP.pdf, acessado em 30/03/2023
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2021, outubro). *Poder e tomada de decisão política- 2021*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/Camaras-Municipais_2021.pdf
- Cuong, N. T., & Ha, N. T. T. (2018). Influence of financial ratios on earnings management: Evidence from vietnam stock exchange market. *Journal of Insurance and Financial Management*, 4(1), 57-77. Acessado em 20/04/2023
- da Costa Carvalho, J. B., Camões, P. J., Jorge, S. M., & Fernandes, M. J. (2007). Conformity and diversity of accounting and financial reporting practices in portuguese local government. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 24(1), 2-14. <https://doi.org/10.1002/cjas.1>, acessado em 2/11/2022
- de Jesus, A. C. P., de Almeida, B. J. M., & Da Silva, A. M. F. G. (2022). Determining factors in modified audit reports: Evidence from portuguese municipalities. *Revista de Contabilidade- Spanish Accounting Review*, 25(2), 329-339. <https://doi.org/10.6018/rcsar.421451>, acessado em 12/04/2023
- Dechow, P. M., & Ge, W. (2006). The persistence of earnings and cash flows and the role of special items: Implications for the accrual anomaly. *Review of Accounting Studies*, 11(2), 253-296. <http://dx.doi.org/10.1007/s11142-006-9004-1>, acessado em 24/11/2022
- Dechow, P. M., & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting Horizons*, 14(2), 235-250. <https://doi.org/10.2308/acch.2000.14.2.235>, acessado em 14/12/2022
- Decreto-Lei n.º 192/2015 do Ministério das Finanças. (2015). *Diário da República: I Série, n.º 178 (2015-09-11)*, 7584 - 7828. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/192-2015-70262478>, acessado em 23/10/2022
- Decreto-Lei n.º 232/97 do Ministério das Finanças. (1997). *Diário da República: I Série-A, n.º 203 (1997-09-03)*, 4594 - 4638. [https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/site_CNC_Bloco_ContabilidadeRelato/POCP.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/site_CNC_Bloco_ContabilidadeRelato/POCP.pdf), acessado em 30/11/2022

- Decreto-Lei n.º 51/2018 da Assembleia da República. (2018). *Diário da República: I Série, n.º 157 (2018-08-16)*, 4109 - 4147. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/51-2018-116068878>, acessado em 29/11/2022
- Decreto-Lei n.º 54-A/99 do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. (1999). *Diário da República: I Série-A, n.º 44 (1999-02-22)*, 1018(2) – 1018 (84). https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/site_CNC_Bloco_ContabilidadeRelato/POCAL.pdf, acessado em 30/11/2022
- Decreto-Lei n.º 73/2013 da Assembleia da República. (2013). *Diário da República: I Série, n.º 169 (2013-09-03)*, 5499 - 5519. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2013-105795409>, acessado em 22/10/2022
- Decreto-Lei n.º 84/2019 da Presidência do Conselho de Ministros. (2019). *Diário da República: I Série, n.º 122 (2019-06-28)*, 3078 - 3138. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/84-2019-122747583>, acessado em 2/11/2022
- Direção-Geral das Autarquias Locais. (s.d.). *Municípios*. <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquias/municipios/>, acessado em 18/10/2022
- Donatella, P., & Tagesson, T. (2021). CFO characteristics and opportunistic accounting choice in public sector organizations. *Journal of Management and Governance*, 25(2), 509-534. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09521-1>, acessado em 27/10/2022
- Esteve, M., Boyne, G., Sierra, V., & Ysa, T. (2013). Organizational collaboration in the public sector: Do chief executives make a difference?. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 23(4), 927-952. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus035>, acessado em 14/12/2022
- Eurostat. (2013). *Rumo à aplicação de Normas Europeias de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (EPSAS) para os Estados-Membros da UE – Consulta pública sobre a futura estrutura e os princípios de governação das EPSAS*. https://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752716/_consultation_paper_PT.pdf, acessado em 2/11/2022
- Fernandes, M. J., Camões, P., & Jorge, S. (2022). *Anuário financeiro dos municípios portugueses 2021*. Ordem dos Contabilistas Certificados. https://www.occ.pt/news/Anuarios/amp2021_DIG2ed.pdf, acessado em 29/11/2022
- Ferreira, A., Carvalho, J., & Pinho, F. (2020). Political competition as a motivation for earnings management close to zero: The case of portuguese municipalities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(3), 461-485. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-10-2018-0109>, acessado em 03/04/2023
- Fraser, K. (2014). Position paper: Defeating the ‘paradigm wars’ in accounting: A mixed-methods approach is needed in the education of PhD scholars. *International Journal of Multiple Research Approaches*, 8(1), 49-62. <https://doi.org/10.5172/mra.2014.8.1.49>, acessado em 9/01/2023
- Freitas, J. P. O. F. (2020). *Os determinantes da manipulação de resultados, evidência empírica em empresas não-cotadas* [Dissertação de Mestrado, Iscte Business School]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/22263>, acessado em 2/11/2022
- Ghazali, A. W., Shafie, N. A., & Sanusi, Z. M. (2015). Earnings management: An analysis of opportunistic behaviour, monitoring mechanism and financial distress. *Procedia Economics and Finance*, 28, 190-201. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01100-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01100-4), acessado em 15/04/2023
- Givoly, D., Hayn, C. K., & Katz, S. P. (2010). Does public ownership of equity improve earnings quality?. *Accounting Review*, 85(1), 195-225. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.1.195>, acessado em 4/11/2022

- Greenwood, M. J., Baylis, R. M., & Tao, L. (2017). Regulatory incentives and financial reporting quality in public healthcare organisations. *Accounting and Business Research*, 47(7), 831-855. <https://doi.org/10.1080/00014788.2017.1343116>, acessado em 7/12/2022
- Grossi, G., Steccolini, I., Adhikari, P., Brown, J., Christensen, M., Cordery, C., Ferry, L., Lassou, P., Iii, B., Raudla, R., Sicilia, M., Vinnari, E. & McDonald, B. (2023). The future of public sector accounting research. A polyphonic debate. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 20(1), 1-37. <https://doi.org/10.1108/QRAM-09-2022-0135>, acessado em 05/12/2022
- Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334-343. <https://doi.org/10.5465/amr.2007.24345254>, acessado em 15/12/2022
- Hambrick, D. C., & Mason, P. A. (1984). Upper echelons: The organization as a reflection of its top managers. *Academy of Management Review*, 9(2), 193-206. <https://doi.org/10.5465/amr.1984.4277628>, acessado em 27/12/2022
- Hasanuddin, R., Darman, D., Taufan, M. Y., Salim, A., Muslim, M., & Putra, A. H. P. K. (2021). The effect of firm size, debt, current ratio, and investment opportunity set on earnings quality: An empirical study in indonesia. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 8(6), 179-188. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2021.vol8.no6.0179>, acessado em 13/04/2023
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>, acessado em 03/02/2023
- Hepworth, N. (2003). Preconditions for successful implementation of accrual accounting in central government. *Public Money and Management*, 23(1), 37-44. <https://doi.org/10.1111/1467-9302.00339>, acessado em 15/03/2023
- Hofmann, M. A., & McSwain, D. (2013). Financial disclosure management in the nonprofit sector: A framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, 32(1), 61-87. <https://doi.org/10.1016/j.acclit.2013.10.003>, acessado em 7/11/2022
- Hood, C. (1995). The “new public management” in the 1980s: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2-3), 93-109. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)E0001-W](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)E0001-W), acessado em 2/11/2022
- Hope, O. K., Thomas, W. B., & Vyas, D. (2013). Financial reporting quality of US private and public firms. *The Accounting Review*, 88(5), 1715-1742. <https://doi.org/10.2308/accr-50494>, acessado em 29/03/2023
- Hribar, P., & Collins, D. W. (2002). Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. *Journal of Accounting Research*, 40(1), 105-134. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00041>, acessado em 28/03/2023
- IPSASB. (2019). *HandBook of International Public Sector Accounting Pronouncements*. International Federation of Accountants, acessado em 16/12/2022
- Jacoby, G., Li, J., & Liu, M. (2019). Financial distress, political affiliation and earnings management: The case of politically affiliated private firms. *The European Journal of Finance*, 25(6), 508-523. <https://doi.org/10.1080/1351847X.2016.1233126>, acessado em 15/04/2023
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X), acessado em 28/03/2023
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>, acessado em 28/03/2023
- Jorge, S. M., da Costa Carvalho, J. B., & Fernandes, M. J. (2007). Governmental accounting in portugal: Why accrual basis is a problem. *Journal of Public Budgeting, Accounting and*

- Financial Management*, 19(4), 411-446. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-19-04-2007-b001>,
acedido em 30/11/2022
- Jorge, S., Nogueira, S. P., & Ribeiro, N. (2020). The institutionalization of public sector accounting reforms: The role of pilot entities. *Journal of Public Budgeting, Accounting and Financial Management*, 33(2), 114-137. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-08-2019-0125>,
acedido em 3/11/2022
- Kang, H., & Chen, G. (2022). Can better financial conditions lead to more fiscal transparency? Evidence from municipalities in California. *Local Government Studies*, 48(5), 821-841. <https://doi.org/10.1080/03003930.2021.1919634>,
acedido em 13/04/2023
- Kim, J., Kim, Y., & Zhou, J. (2017). Languages and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 63(2-3), 288-306. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.04.001>,
acedido em 23/12/2022
- Kothari, S. P., Mizik, N., & Roychowdhury, S. (2016). Managing for the moment: The role of earnings management via real activities versus accruals in SEO valuation. *Accounting Review*, 91(2), 559-586. <https://doi.org/10.2308/accr-51153>,
acedido em 22/10/2022
- Krambia-Kapardis, M., Clark, C., & Zopiatis, A. (2016). Satisfaction gap in public sector financial reporting. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 6(3), 232-253. <https://doi.org/10.1108/jaee-08-2013-0040>,
acedido em 29/11/2022
- Lapsley, I. (1999). Accounting and the new public management: Instruments of substantive efficiency or a rationalising modernity?. *Financial Accountability and Management*, 15(3-4), 201-207. <https://doi.org/10.1111/1468-0408.00081>,
acedido em 23/10/2022
- Lapsley, I. (2001). The changing public sector: From transition to transformation. *European Accounting Review*, 10(3), 501-504. <https://doi.org/10.1080/09638180126798>,
acedido em 2/11/2022
- Lapsley, I. (2009). New public management: The cruellest invention of the human spirit?. *Abacus*, 45(1), 1-21. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2009.00275.x>,
acedido em 28/10/2022
- Lei Constitucional n.º 1/2005 da Assembleia da República. (2005). *Diário da República: I Série-A*, n.º155 (2005-08-12), 4642 - 4686. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=565&tabela=leis,
acedido em 3/11/2022
- Lei n.º 46/2005 da Assembleia da República. (2005). *Diário da República: I Série-A*, n.º165 (2005-08-29), 5068 - 5069. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2110&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=,
acedido em 26/01/2023
- Lokuwaduge, C., & Silva, K. (2020). Determinants of public sector accounting reforms: A case study of Sri Lanka in rapidly developing Asia. *International Journal of Public Sector Management*, 33(2-3), 191-205. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-03-2019-0085>,
acedido em 28/11/2022
- Lopes, I. T. (2015). Research methods and methodology towards knowledge creation in accounting. *Contaduría y Administración*, 60, 9-30. <https://doi.org/10.1016/j.cya.2015.08.006>,
acedido em 13/01/2021
- Lukka, K. (2010). The roles and effects of paradigms in accounting research. *Management Accounting Research*, 21(2), 110-115. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2010.02.002>,
acedido em 10/01/2023
- Malikov, K., Manson, S., & Coakley, J. (2018). Earnings management using classification shifting of revenues. *British Accounting Review*, 50(3), 291-305. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.10.004>,
acedido em 4/11/2022

- Malkogianni, I., & Cohen, S. (2022). Earnings management in public hospitals: The case of Greek state-owned hospitals. *Public Money and Management*, 42(7), 491-500. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2071005>, acessado em 07/04/2023
- Mattei, G., Jorge, S., & Grandis, F. G. (2020). Comparability in IPSASs: Lessons to be learned for the european standards. *Accounting in Europe*, 17(2), 158-182. <https://doi.org/10.1080/17449480.2020.1742362>, acessado em 21/10/2022
- Mir, M. Z., & Rahaman, A. S. (2007). Accounting and public sector reforms: A study of a continuously evolving governmental agency in Australia. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 20(2), 237-268. <https://doi.org/10.1108/09513570710741019>, acessado em 2/11/2022
- Paananen, M. (2016). Modified audit reports in the case of joint municipal authorities: Empirical evidence from finland. *International Journal of Auditing*, 20(2), 149-157. <https://doi.org/10.1111/ijau.12062>, acessado em 12/04/2023
- Pilcher, R. (2011). Local governmental management of discretionary and specific accruals. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 7(1-2), 32-60. <https://doi.org/10.1504/IJAPE.2011.037725>, acessado em 19/05/2023
- Pilcher, R., & Van Der Zahn, M. (2010). Local governments, unexpected depreciation and financial performance adjustment. *Financial Accountability and Management*, 26(3), 299-324. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2010.00503.x>, acessado em 15/11/2022
- Rakhman, F., & Wijayana, S. (2019). Determinants of financial reporting quality in the public sector: Evidence from Indonesia. *The International Journal of Accounting*, 54(03), 1950009. <https://doi.org/10.1142/S1094406019500094>, acessado em 21/10/2022
- Silva, M. A. C., da Silva Junior, A. C., Ferreira, M. A. M., & Júnior, A. C. B. (2022). Fatores condicionantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade do setor público—IPSAS. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 25(1), 103-122. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2022v25n1a6, acessado em 03/05/2023
- Smith, A., & Rogers, V. (2000). Ethics-related responses to specific situation vignettes: Evidence of gender-based differences and occupational socialization. *Journal of Business Ethics*, 28(1), 73-85. <https://doi.org/10.1023/A:1006388923834>, acessado em 06/04/2023
- Sour, L. (2020). New development: Integration of budget and governmental accounting in Mexican states. *Public Money and Management*, 40(7), 519-522. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1763066>, acessado em 15/02/2023
- Soyemi, K. A., & Olawale, L. S. (2019). Firm characteristics and financial reporting quality: Evidence from non-financial firms in Nigeria. *International Journal of Economics, Management and Accounting*, 27(2), 445-472. Retirado de <https://journals.iium.edu.my/enmjjournal/index.php/enmj/article/view/618>, acessado em 27/12/2022
- Stalebrink, O. J. (2007). An investigation of discretionary accruals and surplus-deficit management: evidence from Swedish municipalities. *Financial Accountability and Management*, 23(4), 441-458. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2007.00437.x>, acessado em 3/11/2022
- Steccolini, I. (2019). Accounting and the post-new public management: Re-considering publicness in accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 32(1), 255-279. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2018-3423>, acessado em 13/11/2023
- Sun, J., Kent, P., Qi, B., & Wang, J. (2019). Chief financial officer demographic characteristics and fraudulent financial reporting in China. *Accounting and Finance*, 59(4), 2705-2734. <https://doi.org/10.1111/acfi.12286>, acessado em 17/04/2023
- Swanson, R. A., & Holton, E. F. (2005). *Research in organizations: Foundations and methods in inquiry*. Berrett-Koehler Publishers. <http://kharazmi->

- statistics.ir/Uploads/Public/book/research%20in%20organization.pdf, acessado em 15/01/2023
- Teoh, S. H., Welch, I., & Wong, T. J. (1998). Earnings management and the underperformance of seasoned equity offerings. *Journal of Financial Economics*, 50(1), 63-99. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(98\)00032-4](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(98)00032-4), acessado em 30/03/2023
- Ter Bogt, H. J. (2008). Recent and future management changes in local government: Continuing focus on rationality and efficiency?. *Financial Accountability and Management*, 24(1), 31-57. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00442.x>, acessado em 23/10/2022
- Ter Bogt, H. J., & Van Helden, G. J. (2000). Accounting change in Dutch government: Exploring the gap between expectations and realizations. *Management Accounting Research*, 11(2), 263-279. <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0132>, acessado em 2/11/2022
- Tran, Y. T., Nguyen, N. P., & Hoang, T. C. (2021). The role of accountability in determining the relationship between financial reporting quality and the performance of public organizations: Evidence from Vietnam. *Journal of Accounting and Public Policy*, 40(1), 106801. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2020.106801>, acessado em 26/11/2022
- Vieira, E. F. S. (2016). Earnings management in public family firms under economic adversity. *Australian Accounting Review*, 26(2), 190-207. <https://doi.org/10.1111/auar.12096>, acessado em 20/10/2022
- Walker, M. (2013). How far can we trust earnings numbers? What research tells us about earnings management. *Accounting and Business Research*, 43(4), 445-481. <https://doi.org/10.1080/00014788.2013.785823>, acessado em 18/12/2022
- Xu, H., Dao, M., & Wu, J. (2019). The effect of local political corruption on earnings quality. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 53(2), 551-574. <https://doi.org/10.1007/s11156-018-0758-x>, acessado em 29/11/2022
- Young, S. (1999). Systematic measurement error in the estimation of discretionary accruals: An evaluation of alternative modelling procedures. *Journal of Business Finance and Accounting*, 26(7-8), 833-862. <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00277>, acessado em 28/03/2023

7. Anexos

Anexo A- Lista de municípios portugueses

Quadro 7.1: Lista de municípios portugueses

Município	Distrito	Sítio
Abrantes	Santarém	www.cm-abrantes.pt
Águeda	Aveiro	www.cm-agueada.pt
Aguiar da Beira	Guarda	www.cm-aguiardabeira.pt
Alandroal	Évora	www.cm-alandroal.pt
Albergaria-a-Velha	Aveiro	www.cm-albergaria.pt
Albufeira	Faro	www.cm-albufeira.pt
Alcácer do Sal	Setúbal	www.cm-alcacerdosal.pt
Alcanena	Santarém	www.cm-alcanena.pt
Alcobaça	Leiria	www.cm-alcobaca.pt
Alcochete	Setúbal	www.cm-alcochete.pt
Alcoutim	Faro	www.cm-alcoutim.pt
Alenquer	Lisboa	www.cm-alenquer.pt
Alfândega da Fé	Bragança	www.cm-alfandegadafe.pt
Alijó	Vila Real	www.cm-alijo.pt
Aljezur	Faro	www.cm-aljezur.pt
Aljustrel	Beja	www.mun-aljustrel.pt
Almada	Setúbal	www.cm-almada.pt
Almeida	Guarda	www.cm-almeida.pt
Almeirim	Santarém	www.cm-almeirim.pt
Almodôvar	Beja	www.cm-almodovar.pt
Alpiarça	Santarém	www.cm-alpiarca.pt
Alter do Chão	Portalegre	www.cm-alter-chao.pt
Alvaiázere	Leiria	www.cm-alvaiazere.pt
Alvito	Beja	www.cm-alvito.pt
Amadora	Lisboa	www.cm-amadora.pt
Amarante	Porto	www.cm-amarante.pt
Amares	Braga	www.cm-amares.pt
Anadia	Aveiro	www.cm-anadia.pt
Angra do Heroísmo	R. A. Açores	www.cmah.pt
Ansião	Leiria	www.cm-ansiao.pt
Arcos de Valdevez	Viana do Castelo	www.cmav.pt
Arganil	Coimbra	www.cm-arganil.pt
Armamar	Viseu	www.cm-armamar.pt
Arouca	Aveiro	www.cm-arouca.pt
Arraiolos	Évora	www.cm-arraiolos.pt
Arronches	Portalegre	www.cm-arronches.pt
Arruda dos Vinhos	Lisboa	www.cm-arruda.pt
Aveiro	Aveiro	www.cm-aveiro.pt
Avis	Portalegre	www.cm-avis.pt
Azambuja	Lisboa	www.cm-azambuja.pt
Baião	Porto	www.cm-baiiao.pt

Determinantes da manipulação de resultados

Barcelos	Braga	www.cm-barcelos.pt
Barrancos	Beja	www.cm-barrancos.pt
Barreiro	Setúbal	www.cm-barreiro.pt
Batalha	Leiria	www.cm-batalha.pt
Beja	Beja	www.cm-beja.pt
Belmonte	Castelo Branco	www.cm-belmonte.pt
Benavente	Santarém	www.cm-benavente.pt
Bombarral	Leiria	www.cm-bombarral.pt
Borba	Évora	www.cm-borba.pt
Boticas	Vila Real	www.cm-boticas.pt
Braga	Braga	www.cm-braga.pt
Bragança	Bragança	www.cm-braganca.pt
Cabeceiras de Basto	Braga	www.cabeceirasdebasto.pt
Cadaval	Lisboa	www.cm-cadaval.pt
Caldas da Rainha	Leiria	www.cm-caldas-rainha.pt
Calheta	R. A. Madeira	www.cm-calheta-madeira.com
Calheta (São Jorge)	R. A. Açores	www.cm-calheta.pt
Câmara de Lobos	R. A. Madeira	www.cm-camaradelobos.pt
Caminha	Viana do Castelo	www.cm-caminha.pt
Campo Maior	Portalegre	www.cm-campo-maior.pt
Cantanhede	Coimbra	www.cm-cantanhede.pt
Carraceda de Ansiães	Bragança	www.cm-carrazedadeansiaes.pt
Carregal do Sal	Viseu	www.cm-carregal.pt
Cartaxo	Santarém	www.cm-cartaxo.pt
Cascais	Lisboa	www.cm-cascais.pt
Castanheira de Pêra	Leiria	www.cm-castanheiradepera.pt
Castelo Branco	Castelo Branco	www.cm-castelobranco.pt
Castelo de Paiva	Aveiro	www.cm-castelo-paiva.pt
Castelo de Vide	Portalegre	www.cm-castelo-vide.pt
Castro Daire	Viseu	www.cm-castrodaire.pt
Castro Marim	Faro	www.cm-castromarim.pt
Castro Verde	Beja	www.cm-castroverde.pt
Celorico da Beira	Guarda	www.cm-celoricodabeira.pt
Celorico de Basto	Braga	www.mun-celoricodebasto.pt
Chamusca	Santarém	www.cm-chamusca.pt
Chaves	Vila Real	www.chaves.pt
Cinfães	Viseu	www.cm-cinfaes.pt
Coimbra	Coimbra	www.cm-coimbra.pt
Condeixa-a-Nova	Coimbra	www.cm-condeixa.pt
Constância	Santarém	www.cm-constancia.pt
Coruche	Santarém	www.cm-coruche.pt
Corvo	R. A. Açores	www.cm-corvo.pt
Covilhã	Castelo Branco	www.cm-covilha.pt
Crato	Portalegre	www.cm-crato.pt
Cuba	Beja	www.cm-cuba.pt
Elvas	Portalegre	www.cm-elvas.pt
Entroncamento	Santarém	www.cm-entroncamento.pt
Espinho	Aveiro	www.cm-espinho.pt

Determinantes da manipulação de resultados

Esposende	Braga	www.cm-esposende.pt
Estarreja	Aveiro	www.cm-estarreja.pt
Estremoz	Évora	www.cm-estremoz.pt
Évora	Évora	www.cm-evora.pt
Fafe	Braga	www.cm-fafe.pt
Faro	Faro	www.cm-faro.pt
Felgueiras	Porto	www.cm-felgueiras.pt
Ferreira do Alentejo	Beja	www.ferreiradoalentejo.pt
Ferreira do Zêzere	Santarém	www.cm-ferreiradozezere.pt
Figueira da Foz	Coimbra	www.cm-figfoz.pt
Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda	www.cm-fcr.pt
Figueiró dos Vinhos	Leiria	www.cm-figueirodosvinhos.pt
Fornos de Algodres	Guarda	www.cm-fornosdealgodres.pt
Freixo de Espada à Cinta	Bragança	www.cm-freixoespadacinta.pt
Fronteira	Portalegre	www.cm-fronteira.pt
Funchal	R. A. Madeira	www.cm-funchal.pt
Fundão	Castelo Branco	www.cm-fundao.pt
Gavião	Portalegre	www.cm-gaviao.pt
Góis	Coimbra	www.cm-gois.pt
Golegã	Santarém	www.cm-golega.pt
Gondomar	Porto	www.cm-gondomar.pt
Gouveia	Guarda	www.cm-gouveia.pt
Grândola	Setúbal	www.cm-grandola.pt
Guarda	Guarda	www.mun-guarda.pt
Guimarães	Braga	www.cm-guimaraes.pt
Horta	R. A. Açores	www.cmhorta.pt
Idanha-a-Nova	Castelo Branco	www.cm-idanhanova.pt
Ílhavo	Aveiro	www.cm-ilhavo.pt
Lagoa	Faro	www.cm-lagoa.pt
Lagoa (Açores)	R. A. Açores	www.lagoa-cores.pt
Lagos	Faro	www.cm-lagos.pt
Lajes das Flores	R. A. Açores	www.cmlajesdasflores.pt
Lajes do Pico	R. A. Açores	www.cm-lajesdopico.pt
Lamego	Viseu	www.cm-lamego.pt
Leiria	Leiria	www.cm-leiria.pt
Lisboa	Lisboa	www.cm-lisboa.pt
Loulé	Faro	www.cm-loule.pt
Loures	Lisboa	www.cm-loures.pt
Lourinhã	Lisboa	www.cm-lourinha.pt
Lousã	Coimbra	www.cm-lousa.pt
Lousada	Porto	www.cm-lousada.pt
Mação	Santarém	www.cm-macao.pt
Macedo de Cavaleiros	Bragança	www.cm-macedodecavaleiros.pt
Machico	R. A. Madeira	www.cm-machico.pt
Madalena do Pico	R. A. Açores	www.cm-madalena.pt
Mafra	Lisboa	www.cm-mafra.pt
Maia	Porto	www.cm-maia.pt
Mangualde	Viseu	www.cmmangualde.pt

Determinantes da manipulação de resultados

Manteigas	Guarda	www.cm-manteigas.pt
Marco de Canaveses	Porto	www.cm-marco-canaveses.pt
Marinha Grande	Leiria	www.cm-mgrande.pt
Marvão	Portalegre	www.cm-marvao.pt
Matosinhos	Porto	www.cm-matosinhos.pt
Mealhada	Aveiro	www.cm-mealhada.pt
Mêda	Guarda	www.cm-meda.pt
Melgaço	Viana do Castelo	www.cm-melgaco.pt
Mértola	Beja	www.cm-mertola.pt
Mesão Frio	Vila Real	www.cm-mesaofrio.pt
Mira	Coimbra	www.cm-mira.pt
Miranda do Corvo	Coimbra	www.cm-mirandadocorvo.pt
Miranda do Douro	Bragança	www.cm-mdouro.pt
Mirandela	Bragança	www.cm-mirandela.pt
Mogadouro	Bragança	www.mogadouro.pt
Moimenta da Beira	Viseu	www.cm-moimenta.pt
Moita	Setúbal	www.cm-moita.pt
Monção	Viana do Castelo	www.cm-moncao.pt
Monchique	Faro	www.cm-monchique.pt
Mondim de Basto	Vila Real	http://municipio.mondimdebasto.pt
Monforte	Portalegre	www.cm-monforte.pt
Montalegre	Vila Real	www.cm-montalegre.pt
Montemor-o-Novo	Évora	www.cm-montemornovo.pt
Montemor-o-Velho	Coimbra	www.cm-montemorvelho.pt
Montijo	Setúbal	www.mun-montijo.pt
Mora	Évora	www.cm-mora.pt
Mortágua	Viseu	www.cm-mortagua.pt
Moura	Beja	www.cm-moura.pt
Mourão	Évora	www.cm-mourao.pt
Murça	Vila Real	www.cm-murca.pt
Murtosa	Aveiro	www.cm-murtosa.pt
Nazaré	Leiria	www.cm-nazare.pt
Nelas	Viseu	www.cm-nelas.pt
Nisa	Portalegre	www.cm-nisa.pt
Nordeste	R. A. Açores	www.cmnordeste.pt
Óbidos	Leiria	www.cm-obidos.pt
Odemira	Beja	www.cm-odemira.pt
Odivelas	Lisboa	www.cm-odivelas.pt
Oeiras	Lisboa	www.cm-oeiras.pt
Oleiros	Castelo Branco	www.cm-oleiros.pt
Olhão	Faro	www.cm-olhao.pt
Oliveira de Azeméis	Aveiro	www.cm-oaz.pt
Oliveira de Frades	Viseu	www.cm-ofrades.com
Oliveira do Bairro	Aveiro	www.cm-olb.pt
Oliveira do Hospital	Coimbra	www.cm-oliveiradohospital.pt
Ourém	Santarém	www.cm-ourem.pt
Ourique	Beja	www.cm-ourique.pt
Ovar	Aveiro	www.cm-ovar.pt

Determinantes da manipulação de resultados

Paços de Ferreira	Porto	www.cm-pacosdeferreira.pt
Palmela	Setúbal	www.cm-palmela.pt
Pampilhosa da Serra	Coimbra	www.cm-pampilhosadaserra.pt
Paredes	Porto	www.cm-paredes.pt
Paredes de Coura	Viana do Castelo	www.paredesdecoura.pt
Pedrógão Grande	Leiria	www.cm-pedrogaogrande.pt
Penacova	Coimbra	www.cm-penacova.pt
Penafiel	Porto	www.cm-penafiel.pt
Penalva do Castelo	Viseu	www.cm-penalvadocastelo.pt
Penamacor	Castelo Branco	www.cm-penamacor.pt
Penedono	Viseu	www.cm-penedono.pt
Penela	Coimbra	www.cm-penela.pt
Peniche	Leiria	www.cm-peniche.pt
Peso da Régua	Vila Real	www.cm-pesoregua.pt
Pinhel	Guarda	www.cm-pinhel.pt
Pombal	Leiria	www.cm-pombal.pt
Ponta Delgada	R. A. Açores	www.cm-pontadelgada.pt
Ponta do Sol	R. A. Madeira	www.cm-pontadosol.pt
Ponte da Barca	Viana do Castelo	www.cmpb.pt
Ponte de Lima	Viana do castelo	www.cm-pontedelima.pt
Ponte de Sor	Portalegre	www.cm-pontedesor.pt
Portalegre	Portalegre	www.cm-portalegre.pt
Portel	Évora	www.cm-portel.pt
Portimão	Faro	www.cm-portimao.pt
Porto	Porto	www.cm-porto.pt
Porto de Mós	Leiria	www.municipio-portodemos.pt
Porto Moniz	R. A. Madeira	www.portomoniz.pt
Porto Santo	R. A. Madeira	www.cm-portosanto.pt
Póvoa de Lanhoso	Braga	www.mun-planhoso.pt
Póvoa de Varzim	Porto	www.cm-pvarzim.pt
Povoação	R. A. Açores	www.cm-povoacao.pt
Proença-a-Nova	Castelo Branco	www.cm-proencanova.pt
Redondo	Évora	www.cm-redondo.pt
Reguengos de Monsaraz	Évora	www.cm-reguengos-monsaraz.pt
Resende	Viseu	www.cm-resende.pt
Ribeira Brava	R. A. Madeira	www.cm-ribeirabrava.pt
Ribeira de Pena	Vila Real	www.cm-rpena.pt
Ribeira Grande	R. A. Açores	www.cm-ribeiragrande.pt
Rio Maior	Santarém	www.cm-riomaior.pt
S. João da Pesqueira	Viseu	www.sjpesqueira.pt
Sabrosa	Vila Real	www.sabrosa.pt
Sabugal	Guarda	www.cm-sabugal.pt
Salvaterra de Magos	Santarém	www.cm-salvaterrademagos.pt
Santa Comba Dão	Viseu	www.cm-santacombadao.pt
Santa Cruz	R. A. Madeira	www.cm-santacruz.pt
Santa Cruz da Graciosa	R. A. Açores	www.cm-graciosa.pt
Santa Cruz das Flores	R. A. Açores	www.cm-scflores.pt
Santa Maria da Feira	Aveiro	www.cm-feira.pt

Determinantes da manipulação de resultados

Santa Marta de Penaguião	Vila Real	www.cm-smpenaguiao.pt
Santana	R. A. Madeira	www.cm-santana.com
Santarém	Santarém	www.cm-santarem.pt
Santiago do Cacém	Setúbal	www.cm-santiagocacem.pt
Santo Tirso	Porto	www.cm-stirso.pt
São Brás de Alportel	Faro	www.cm-sbras.pt
São João da Madeira	Aveiro	www.cm-sjm.pt
São Pedro do Sul	Viseu	www.cm-spsul.pt
São Roque do Pico	R. A. Açores	www.cm-saoroquedopico.pt
São Vicente	R. A. Madeira	www.cm-saovicente.pt
Sardoal	Santarém	www.cm-sardoal.pt
Sátão	Viseu	www.cm-satao.pt
Seia	Guarda	www.cm-seia.pt
Seixal	Setúbal	www.cm-seixal.pt
Sernancelhe	Viseu	www.cm-sernancelhe.pt
Serpa	Beja	www.cm-serpa.pt
Sertã	Castelo Branco	www.cm-serta.pt
Sesimbra	Setúbal	www.cm-sesimbra.pt
Setúbal	Setúbal	www.mun-setubal.pt
Sever do Vouga	Aveiro	www.cm-sever.pt
Silves	Faro	www.cm-silves.pt
Sines	Setúbal	www.cm-sines.pt
Sintra	Lisboa	www.cm-sintra.pt
Sobral de Monte Agraço	Lisboa	www.cm-sobral.pt
Soure	Coimbra	www.cm-soure.pt
Sousel	Portalegre	www.cm-sousel.pt
Tábua	Coimbra	www.cm-tabua.pt
Tabuaço	Viseu	www.cm-tabuaco.pt
Tarouca	Viseu	www.cm-tarouca.pt
Tavira	Faro	www.cm-tavira.pt
Terras de Bouro	Braga	www.cm-terrasdebouro.pt
Tomar	Santarém	www.cm-tomar.pt
Tondela	Viseu	www.cm-tondela.pt
Torre de Moncorvo	Bragança	www.torredemoncorvo.pt
Torres Novas	Santarém	www.cm-torresnovas.pt
Torres Vedras	Lisboa	www.cm-tvedras.pt
Trancoso	Guarda	www.cm-trancoso.pt
Trofa	Porto	www.mun-trofa.pt
Vagos	Aveiro	www.cm-vagos.pt
Vale de Cambra	Aveiro	www.cm-valedecambra.pt
Valença	Viana do Castelo	www.cm-valenca.pt
Valongo	Porto	www.cm-valongo.pt
Valpaços	Vila Real	http://valpacos.pt
Velas	R. A. Açores	www.cmvelas.pt
Vendas Novas	Évora	www.cm-vendasnovas.pt
Viana do Alentejo	Évora	www.cm-vianadoalentejo.pt
Viana do Castelo	Viana do Castelo	www.cm-viana-castelo.pt
Vidigueira	Beja	www.cm-vidigueira.pt

Vieira do Minho	Braga	www.cm-vminho.pt
Vila de Rei	Castelo Branco	www.cm-viladerei.pt
Vila do Bispo	Faro	www.cm-viladobispo.pt
Vila do Conde	Porto	www.cm-viladoconde.pt
Vila do Porto	R. A. Açores	www.cm-viladoporto.pt
Vila Flor	Bragança	www.cm-vilaflor.pt
Vila Franca de Xira	Lisboa	www.cm-vfxira.pt
Vila Franca do Campo	R. A. Açores	www.cmvfc.pt
Vila Nova da Barquinha	Santarém	www.cm-vnbarquinha.pt
Vila Nova de Cerveira	Viana do Castelo	www.cm-vncerveira.pt
Vila Nova de Famalicão	Braga	www.vilanovadefamalicao.org
Vila Nova de Foz Côa	Guarda	www.cm-fozcoa.pt
Vila Nova de Gaia	Porto	www.cm-gaia.pt
Vila Nova de Paiva	Viseu	www.cm-vnpaiva.pt
Vila Nova de Poiares	Coimbra	www.cm-vilanovadepoiares.pt
Vila Pouca de Aguiar	Vila Real	www.cm-vpaguiar.pt
Vila Praia da Vitória	R. A. Açores	www.cmpv.pt
Vila Real	Vila Real	www.cm-vilareal.pt
Vila Real de Santo António	Faro	www.cm-vrsa.pt
Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	www.cm-vvrodão.pt
Vila Verde	Braga	www.cm-vilaverde.pt
Vila Viçosa	Évora	www.cm-vilavicoso.pt
Vimioso	Bragança	www.cm-vimioso.pt
Vinhais	Bragança	www.cm-vinhais.pt
Viseu	Viseu	www.cm-viseu.pt
Vizela	Braga	www.cm-vizela.pt
Vouzela	Viseu	www.cm-vouzela.pt

Anexo B- Pressupostos do modelo de regressão linear múltipla

Quadro 7.2: Resumo do modelo e teste de *Durbin-Watson*

Modelo^b	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,322 ^a	0,104	0,078	0,026	1,934
a. Preditores: (Constante), Dim, Lev, ROA, Liq, AutF, IdP, NAC, Gen					
b. Variável Dependente: AD					

O valor do teste de *Durbin-Watson* varia entre 0 e 4. Os valores próximos de 2 revelam a ausência de autocorrelação dos erros, enquanto os valores próximos dos extremos demonstram o contrário. Sendo que o resultado deste teste é de 1,934, verifica-se a independência dos resíduos.

Quadro 7.3: Testes de normalidade dos resíduos

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
AD	0,169	293	<,001	0,805	293	<,001

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Uma vez que a dimensão da amostra é superior a 50, recorre-se ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a normalidade dos resíduos. Sendo que o Sig é inferior a 0,001, conclui-se que os resíduos não seguem uma distribuição normal. Porém, sendo que a dimensão da amostra é superior a 50, pelo Teorema Limite Central, pode-se afirmar que os resíduos seguem, aproximadamente, uma distribuição normal e, assim, confirmar o pressuposto.

Quadro 7.4: Estatísticas de colinearidade^a

Variável	Tolerância	VIF
Constante	-	-
Dim	0,905	1,105
Lev	0,646	1,548
ROA	0,879	1,138
Liq	0,858	1,166
Aut	0,587	1,704
IdP	0,919	1,088
NAC	0,935	1,070
Gen	0,979	1,021

a. Variável Dependente: AD

Através da análise do quadro 7.4, é possível verificar que o coeficiente VIF é inferior a 10 e a tolerância é superior a 0,1 em todas as variáveis. Dado isto, conclui-se que não existe uma forte correlação linear entre as variáveis explicativas.

Quadro 7.5: Estatísticas descritivas dos resíduos ^a

	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio	N
Valor Previsto	0,003	0,065	0,027	0,009	293
Resíduo	-0,047	0,13	0,000	0,026	293
Erro Valor Previsto	-2,624	4,314	0,000	1,000	293
Erro Resíduo	-1,787	4,952	0,000	0,986	293

a. Variável Dependente: AD

Através da análise do quadro 7.5, é possível aferir que os resíduos têm uma média igual a zero. Logo, o pressuposto está verificado.

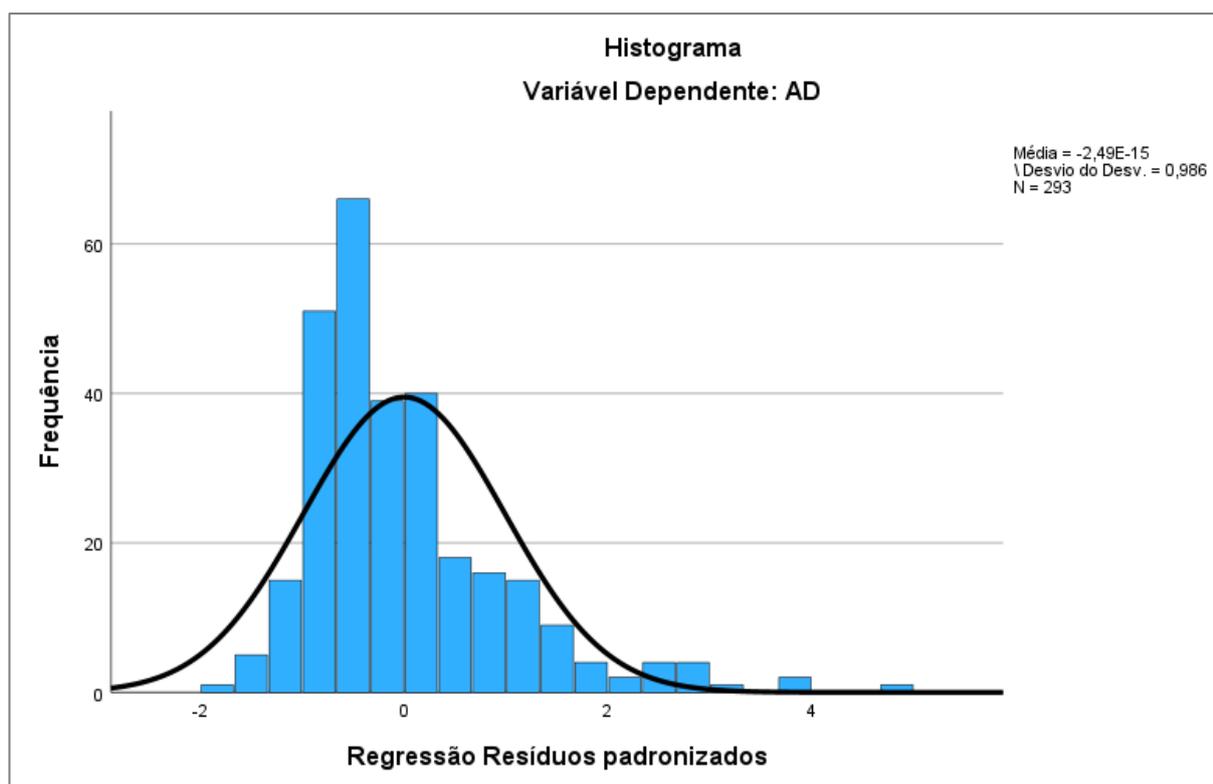


Figura 7.1: Histograma da distribuição dos resíduos padronizados

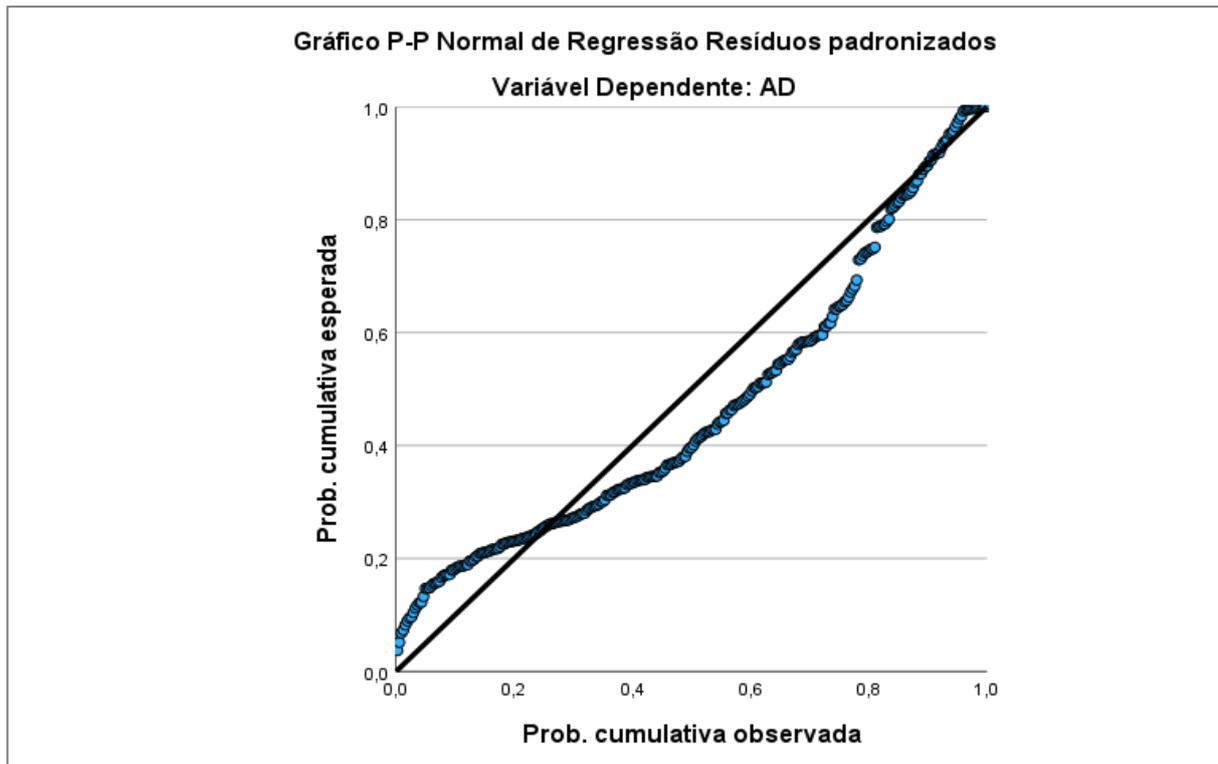


Figura 7.2: Distribuição esperada e observada dos resíduos

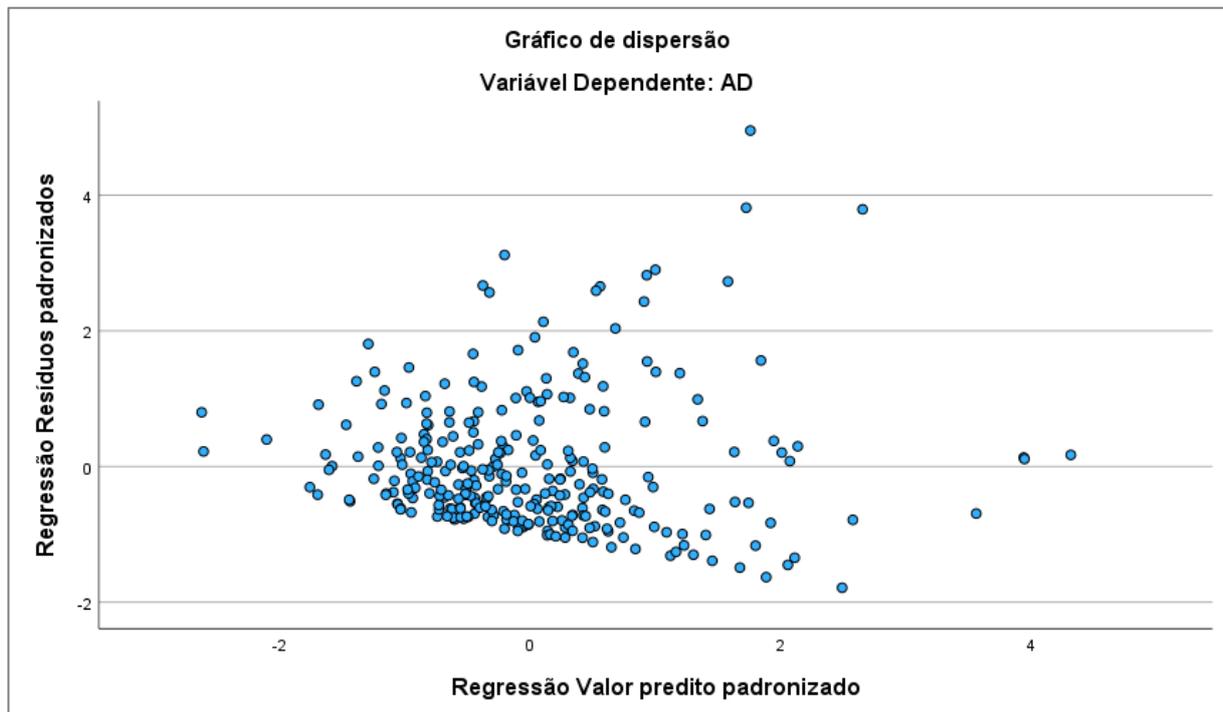


Figura 7.3: Diagrama de dispersão dos resíduos

Pela análise da figura 7.3, constata-se que os resíduos estão distribuídos aleatoriamente pelo diagrama. Assim, o pressuposto da homocedasticidade dos erros e da linearidade da regressão está verificado.